



Diário Oficial

ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ



Publicação dos atos oficiais da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, de acordo com a Lei Municipal n.º 3047, de 23/03/2017

ANO XIX- DIÁRIO OFICIAL NÚMERO 4636

Ji-Paraná (RO), 21 de novembro de 2025

SUMÁRIO

DECRETOS.....	PÁG.01
AVISO DE LICITAÇÃO.....	PÁG.08
ATAS CMDCA.....	PÁG.08
PORTARIAS.....	PÁG.15

DECRETOS



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ



DECRETO N. 2902, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a instituição de equipes de suporte para organização, estruturação e execução das festividades alusivas ao 48º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Ji-Paraná, e dá outras providências e revoga o Decreto 2892/2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que o Município de Ji-Paraná celebra, neste ano, seu 48º aniversário de emancipação político-administrativa, data de grande relevância histórica, social e cultural para a população;

Considerando que a semana compreendida entre os dias 17 e 23 de novembro é marcada por ações, atividades e solenidades alusivas ao aniversário da cidade;

Considerando que nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 2025 serão realizados eventos públicos de grande vulto, com significativa participação popular e atrações de grande repercussão, demandando organização rigorosa e atuação integrada entre as áreas envolvidas;

Considerando a necessidade de assegurar a adequada estruturação, planejamento e execução das atividades, garantindo segurança, eficiência, fluidez operacional e qualidade na prestação dos serviços durante todo o período das festividades;

Considerando a importância de instituir equipes de suporte específicas, com responsabilidades definidas, para assegurar o pleno funcionamento das ações necessárias ao sucesso dos eventos comemorativos;

DECRETA:

Art. 1º Ficam instituídas as Equipes de Suporte Operacional responsáveis pela organização e execução das atividades referentes às festividades comemorativas ao 48º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Ji-Paraná, a serem realizadas nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 2025.

Art. 2º As Equipes de Suporte Operacional serão estruturadas por áreas específicas de atuação, ficando designado como Responsável (Líder) o primeiro servidor indicado em cada equipe:

I - Logística e Apoio Técnico:

- Keila Barbosa da Silva;
- Yasmin Mauriele Oliveira Gradini;
- Gustavo Atayde Nascimento;
- Nathalia Coldebella das Neves;
- Cyntia Pergentino Lacerda da Silva;
- Pâmela Melo Coelho.

II - Segurança:

- Aquila Quenupe Domingos;
- Azélia Tomás da Silva;
- Élcio Gonçalves da Silva;
- Gabriel Strapazon Sanches;
- Júlio Cesar Oliveira Alcântara Filho;
- Leandro de Jesus Silva;
- Oscar Maximiliano da Silva Costa.

III - Cerimonial

- Nathaly Thais de Almeida Macedo;
- Marcia Chaves dos Santos;
- Luana de Alcântara.

IV - Sonorização, Iluminação e Estruturas de Palco:

- Robert Alexsander Piana Fiorotti;
- Abel Oliveira Neves Neto.

V - Limpeza e Manutenção:

- Marcelo Prates Roos;
- Antônio Pereira Ferreira;
- Diego da Silva Rabelo;
- Ronnen Barros de Oliveira.

VI - Sistema Elétrico:

- José Antônio de Oliveira;
- Eliezas Barbosa de Araújo;
- Cloves Bento Ferreira;
- Jailson Fernandes de Oliveira;
- Marcelo Braz da Silva;
- Gedeones Gonçalves de Aguiar.

VII - Comunicação e Imprensa:

- Danilo Carrilho Cardoso;
- Lourant Cantão Pessoa;
- João Guilherme Oliveira Souza.

VIII - Trânsito e Mobilidade:

- Aécio Santiago de Moraes;
- Otacílio Júnior Mendes Pinheiro ;
- Ariane Ramos da Silva dos Reis;
- Cláudio Batista Vale;
- Cosmo Lima de Sousa;
- Denise Antunes Amaro;
- Diani Cardoso de Melo;
- Fernando Henrique da Silva;
- Gideão Antônio da Cruz Pessoa;
- Lis Nathiely Almeida da Silva;
- Luís Tiago Oliveira do Nascimento;
- Maicon José Meneguetti da Silva;
- Paulo César Cestari Ruppenthal;
- Romário Elias da Silva;
- Thiago Prado Gomes.

IX - Transporte:

- Emerson Marques Alves;
- Amaury Benedito Junior;
- Vinícius Amanti Gonçalves.

X - Fiscalização:

- Marcos Pereira dos Santos;
- José Flávio Rabelo;
- Michele Cardelichio;
- Antônio Alves da Rocha Filho;
- Maria Cristina Peralta.

Art. 3º Cada área contará com um Responsável (Líder), ao qual competirá:

I - coordenar a equipe de suporte sob sua responsabilidade;

II - resolver as demandas e situações emergenciais relacionadas à sua área de atuação;

III - garantir o pleno funcionamento dos serviços a seu cargo durante todo o período do evento;

IV - orientar sua equipe quanto aos procedimentos técnicos e operacionais;

V - manter comunicação direta e contínua com a Coordenação-Geral do Evento;

VI - adotar medidas imediatas para assegurar a organização, segurança, eficiência e qualidade das atividades realizadas.

Art. 4º A Coordenação-Geral do Evento será exercida pela Fundação Cultural de Ji-Paraná, ao qual competirá:

I - articular as ações entre as equipes de suporte;

II - subsidiar as decisões dos líderes de área;

III - determinar priorizações, ajustes e realocações de equipe, quando necessárias;

IV - monitorar todas as etapas preparatórias e de execução das festividades;

V - emitir orientações gerais para garantir a uniformidade e o bom andamento das atividades.

Art. 5º Os servidores designados para compor as equipes atuarão exclusivamente nas funções determinadas neste Decreto durante os dias do evento, sem prejuízo de suas demais atribuições rotineiras.

Art. 6º A participação dos servidores nas Equipes de Suporte terá caráter prioritário, salvo impedimento devidamente justificado.

Art. 7º Fica revogado o Decreto n. 2892 de 18 de novembro de 2025.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Urupá, 21 de novembro de 2025.

[assinado eletronicamente]
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 21/11/2025 às 14:29, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2207491** e o código verificador **7D21DA1E**.



Estado de Rondônia
Município de Ji-Paraná
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 2904, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no corrente Exercício Financeiro.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JI-PARANA, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando as disposições da Lei Municipal nº 3732 de 13/12/2024 e dos artigos 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

Considerando o teor do Memorando nº 082/SEMFAZ/GGECO/2025 (ID: 2125714).

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício financeiro Crédito Adicional Suplementar no valor de **R\$ 55.845,68** (cinquenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e sessenta e oito centavos) distribuído as seguintes dotações:

02 07 01	GABINETE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
451	10.122.0001.2080.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Mun. de Saúde 3.1.90.94.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 010-001 - Recursos de Transf. de Impostos - 15% F.R.: 15.1.500.1002 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	7.776,95
02 07 03	BLOCO DE MANUTENÇÃO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	
504	10.301.0004.2101.0000 - Manutenção dos Serviços da Atenção Primária em Saúde 3.1.90.94.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 010-100 - Atenção Primária - Principal F.R.: 0.1.600.0 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do F.STN.: 1.600 - Transf.Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	43.412,89
505	10.301.0004.2101.0000 - Manutenção dos Serviços da Atenção Primária em Saúde 3.1.90.94.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 010-001 - Recursos de Transf. de Impostos - 15% F.R.: 15.1.500.1002 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	2.663,86
506	10.301.0004.2101.0000 - Manutenção dos Serviços da Atenção Primária em Saúde 3.1.91.13.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 010-100 - Atenção Primária - Principal F.R.: 0.1.600.0 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do F.STN.: 1.600 - Transf.Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	1.725,06
02 07 04	BLOCO DE MANUTENÇÃO - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	
543	10.302.0004.2100.0000 - Manutenção dos Serviços da Atenção Especializada (MAC) 3.1.90.94.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 010-001 - Recursos de Transf. de Impostos - 15% F.R.: 15.1.500.1002 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	33,15
02 07 06	BLOCO DE MANUTENÇÃO - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
606	10.305.0004.2063.0000 - Manut.dos Serviços de Vigilância e Promoção em Saúde 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS 010-113 - Vigilância em Saúde F.R.: 0.1.600.0 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do F.STN.: 1.600 - Transf.Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	233,77

Art. 2º O crédito aberto na forma do artigo 1º será coberto com recursos provenientes de Anulação em igual valor das dotações vigentes, nos termos do art. 43, I, lei 4.320/64.

02 07 01	GABINETE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	-2.697,01
454	10.122.0001.2080.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Mun. de Saúde 3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL	

010-001 - Recursos de Transf. de Impostos - 15%
F.R.: 15.1.500.1002 - Recursos não Vinculados de Impostos
F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)

02 07 01	GABINETE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	-7.776,95
459	10.122.0001.2080.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Mun. de Saúde 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 010-001 - Recursos de Transf. de Impostos - 15% F.R.: 15.1.500.1002 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	
02 07 03	BLOCO DE MANUTENÇÃO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	-45.137,95
511	10.301.0004.2101.0000 - Manutenção dos Serviços da Atenção Primária em Saúde 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO 010-100 - Atenção Primária - Principal F.R.: 0.1.600.0 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do F.STN.: 1.600 - Transf.Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	
02 07 06	BLOCO DE MANUTENÇÃO - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	-233,77
621	10.305.0004.2063.0000 - Manut.dos Serviços de Vigilância e Promoção em Saúde 3.3.90.33.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 010-113 - Vigilância em Saúde F.R.: 0.1.600.0 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do F.STN.: 1.600 - Transf.Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	

Art. 3º Este decreto entra em vigor nesta data.

Palácio Urupá, aos 21 dias do mês de novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
Anderson Cavalcante Oliveira
Secretário Municipal de Fazenda

(assinado eletronicamente)
Affonso Cândido
Prefeito



Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO			
Tipo do Documento		Identificação/Número	
Decreto		n. 2904, de 21 de novembro de 2025	
Data		21/11/2025	
ID:	2209762	Processo	Documento
CRC:	5096FACE		
Processo:	0-0/0		
Usuário:	ROBERTA SANTOS LINHARES		
Criação:	21/11/2025 13:04:21	Finalização:	21/11/2025 13:06:03
MD5:	2206BC061FBE46EC9AC61E50F0871E6E		
SHA256:	2C67CA619FA429A446876B5B5A8399E9BD77604CC0E9D6DAF46D2B09A60150DE		
Súmula/Objeto:			
Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no corrente Exercício Financeiro.			
INTERESSADOS			
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	Ji-Paraná	RO	21/11/2025 13:05:44
GABINETE DO PREFEITO	Ji-Paraná	RO	21/11/2025 13:05:49
CGC/CONTABILIDADE	Ji-Paraná	RO	21/11/2025 13:05:54
ASSUNTOS			
DECRETO			21/11/2025 13:04:52
ASSINATURAS ELETRÔNICAS			
	ANDERSON CAVALCANTE OLIVEIRA	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA	21/11/2025 13:35:57
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.			
	AFFONSO ANTONIO CANDIDO	PREFEITO MUNICIPAL	21/11/2025 14:30:03
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.			
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2209762 e o CRC 5096FACE.			



Diário Oficial

ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ

O DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ é um periódico autorizado pela Lei Municipal n.º 3047, de 23/03/2017, para a publicação dos atos oficiais da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.

Coordenação: Gabinete do Prefeito
Realização: Coordenadoria de Comunicação Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
CNPJ: 04.092.672/0001-25

End. Av. Dois de Abril, 1701 (Palácio Urupá) - Bairro Dois de Abril - Ji-Paraná - RO
E-mail: decom@ji-parana.ro.gov.br
Página eletrônica: www.ji-parana.ro.gov.br

Todas as matérias para serem publicadas neste Diário Oficial devem ser entregues à Assessoria de Comunicação impreterivelmente até as 13 horas. "Conforme Portaria Nº 011/GAB/PM/JF/2018"

Affonso Antônio Cândido
Prefeito

Silas Rosalino de Queiroz
Procuradoria-Geral do Município

Robson Magno Clodoaldo Casula
Secretaria Municipal de Administração - interino

Renato Antonio Fuverki
Secretaria Municipal de Planejamento

Cristiano Ramos Pereira
Secretaria Municipal de Saúde

Valquíria Rodrigues Luz de Andrade
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - Interina

Antônio Marcos dos Santos
Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação

Priscila Midiã Martins Nascimento
Controladoria Geral do Município

Anderson Cavalcante Oliveira
Secretaria Municipal de Fazenda

Marcus Vinicius Cândido
Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária

Luiz Adolfo Petinati Domene
Secretaria Municipal de Indústria e Comércio

Robson Magno Clodoaldo Casula
Secretaria Municipal de Educação

João Luiz Barbosa
Secretária Municipal de Meio Ambiente

Alessandro Barroso Duarte
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

Sirlene Muniz Ferreira e Cândido
Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família

Fábio Gonçalves - Interinamente
Agência Reg. de Ser. Públicos Delegados do Mun. de Ji-Paraná

Oribe Alves Junior
Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte

Diego Donizete da Silva Santos
Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Estratégicos - Interino

Keila Barbosa da Silva
Fundação Cultural

Yuri Dias Ferreira de Mesquita
Secretário Municipal de Governo

Edísio Barroso
Instituto de Previdência dos Servidores de Ji-Paraná

Aquila Quenupe
Secretaria Municipal de Proteção e Bem Estar Animal do Município

Lourrant Cantão Pessoa
Superintendência de Compras e Licitações

Armando Reigota Ferreira Filho
Corregedoria Geral do Município

Danilo Carrilho Cardoso
Coordenadoria de Comunicação Social



Estado de Rondônia
Município de Ji-Paraná
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 2905, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no corrente Exercício Financeiro.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JI-PARANA, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando as disposições da Lei Municipal nº 3732 de 13/12/2024 e dos artigos 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

Considerando o teor do Inciso IV do Art. 9º da Lei n. 3732, de 13 de dezembro de 2024 (ID: 1443552) e o Memorando nº 082/SEMFAZ/GGECO/2025 (ID: 2125714).

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício financeiro Crédito Adicional Suplementar no valor de **R\$ 2.390,74** (dois mil, trezentos e noventa reais e setenta e quatro centavos) distribuído as seguintes dotações:

02	07	04	BLOCO DE MANUTENÇÃO - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	
1699	10.302.0004.2100.0000	- Manutenção dos Serviços da Atenção Especializada (MAC)	2.390,74	
	3.1.90.11.00	- VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
	010-123	- CREAMI		
	F.R.:	0.2.621.0 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do		
	F.STN.:	2.621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do		


Art. 2º O crédito aberto na forma do artigo 1º será coberto com recursos provenientes de Superávit Financeiro nos termos do art. 43, I, lei 4.320/64, apurado em Balanço Patrimonial, conforme demonstrativo, Anexo Único ao presente Decreto.

Art. 3º Este decreto entra em vigor nesta data.

Palácio Urupá, aos 21 dias do mês de novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
Anderson Cavalcante Oliveira
Secretário Municipal de Fazenda

(assinado eletronicamente)
Affonso Cândido
Prefeito




MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
Av. 2 de Abril, 1701
04092672/0001-25
Exercício: 2025

Supervit Financeiro Apurado em Balanço EXERCÍCIO 2024
FONTE DE RECURSO VINCULADA:010.123 - CREAMI
ANEXO ÚNICO AO DECRETO: Nº 2905, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2025





APURAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 31/12/2024			
Superavit do Exercício de 2024			
1 - Ativo Financeiro			R\$457.846,82
2 - Restos a Pagar			R\$455.456,08
3 - Outras Obrigações (Depósitos, cauções, consignações, etc.)			R\$0,00
Cálculo do Superavit Financeiro Apurado em Balanço			
4 - Fonte de Recurso Vinculada	R\$457.846,82	-	R\$455.456,08
			R\$2.390,74
a) Superavit Financeiro Apurado em Balanço (+)			R\$2.390,74
b) Créditos já Abertos no Exercício - Superávit			R\$0,00
c) Superavit Financeiro a Utilizar (=)			R\$2.390,74


(assinado eletronicamente)
Anderson Cavalcante Oliveira
Secretário Municipal de Fazenda

(assinado eletronicamente)
Affonso Cândido
Prefeito



Município de Ji-Paraná
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO			
Tipo do Documento	Identificação/Número	Data	
Decreto	n. 2905, de 21 de novembro de 2025	21/11/2025	
ID:	2209792	Processo	Documento
CRC:	1B94C293		
Processo:	0-0/0		
Usuário:	ROBERTA SANTOS LINHARES		
Criação:	21/11/2025 13:07:38	Finalização:	21/11/2025 13:08:53
MD5:	7CE5E42F097133964C563A78C63EF650		
SHA256:	8B7152B9C7CD5930ECA6B3E9A880DC8507316237FB8C86A1A712B4CA2BB53E79		
Súmula/Objeto:	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no corrente Exercício Financeiro.		
INTERESSADOS			
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	Ji-Paraná	RO	21/11/2025 13:08:33
GABINETE DO PREFEITO	Ji-Paraná	RO	21/11/2025 13:08:39
CGC/CONTABILIDADE	Ji-Paraná	RO	21/11/2025 13:08:45
ASSUNTOS			
DECRETO			21/11/2025 13:07:46
ASSINATURAS ELETRÔNICAS			
 ANDERSON CAVALCANTE OLIVEIRA	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA	21/11/2025 13:35:57	
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.			
 AFFONSO ANTONIO CANDIDO	PREFEITO MUNICIPAL	21/11/2025 14:30:04	
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.			
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site proc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2209792 e o CRC 1B94C293.			



Estado de Rondônia
Município de Ji-Paraná
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 2906, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no corrente Exercício Financeiro.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JI-PARANA, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando as disposições da Lei Municipal nº 3732 de 13/12/2024 e dos artigos 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

Considerando o teor do Mem. Circular nº 03/GAB/SEMFAZ/PMJP/2025 (ID: 2109175) e o Mem. nº 167/GAB/SEMFAZ/PMJP/2025 (ID: 2124203).

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício financeiro Crédito Adicional Suplementar no valor de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais) distribuído as seguintes dotações:

02	01	01	GABINETE DO PREFEITO	
37	04.122.0001.2068.0000	- Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito	5.000,00	
	3.3.90.39.00	- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
	002-001	- Recursos Próprios do Município		
	F.R.:	0.1.500.0 - Recursos não Vinculados de Impostos		
	F.STN.:	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Corrente)		

Art. 2º O crédito aberto na forma do artigo 1º será coberto com recursos provenientes de Anulação em igual valor das dotações vigentes, nos termos do art. 43, I, lei 4.320/64.


02	16	01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO	-5.000,00
1047	04.121.0001.2055.0000	- Manut. Atividades da Secretaria de Planejamento		
	3.3.90.39.00	- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
	002-001	- Recursos Próprios do Município		
	F.R.:	0.1.500.0 - Recursos não Vinculados de Impostos		
	F.STN.:	1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Corrente)		

Art. 3º Este decreto entra em vigor nesta data.

Palácio Urupá, aos 21 dias do mês de novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
Anderson Cavalcante Oliveira
Secretário Municipal de Fazenda

(assinado eletronicamente)
Affonso Cândido
Prefeito



Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento

Decreto

Identificação/Número

n. 2906, de 21 de novembro de 2025

Data

21/11/2025

ID:

2209813

CRC:

4593B04A

Processo:

0-0/0

Usuário:

ROBERTA SANTOS LINHARES

Criação:

21/11/2025 13:09:02

Finalização:

21/11/2025 13:10:36

MD5:

E2A63140BED4B751B85F35D0435C7B3E

SHA256:

FA14E5C01C6D42425F3271A282C2C246BA5288F9F921DD8D92284357C230FA60

Súmula/Objeto:

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no corrente Exercício Financeiro.

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Ji-Paraná

RO

21/11/2025 13:10:17

GABINETE DO PREFEITO

Ji-Paraná

RO

21/11/2025 13:10:22

CGC/CONTABILIDADE

Ji-Paraná

RO


21/11/2025 13:10:27

ASSUNTOS

DECRETO

21/11/2025 13:09:30

ASSINATURAS ELETRÔNICAS



ANDERSON CAVALCANTE OLIVEIRA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

21/11/2025 13:35:57

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.




AFFONSO ANTONIO CANDIDO

PREFEITO MUNICIPAL

21/11/2025 14:30:04

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2209813 e o CRC 4593B04A.



Estado de Rondônia

Município de Ji-Paraná

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 2907, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no corrente Exercício Financeiro.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JI-PARANA, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando as disposições da Lei Municipal nº 3732 de 13/12/2024 e dos artigos 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

Considerando o teor do Inciso IV do Art. 9º da Lei n. 3732, de 13 de dezembro de 2024 (ID: 1443552) e o Memorando nº 155/ADM-SEMASF/2025 (ID: 2200804).

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício financeiro Crédito Adicional Suplementar no valor de **R\$ 2.884,20** (dois mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos) distribuído as seguintes dotações:

02	23	01	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
1485	08.243.0003.1024.0000 - Família Acolhedora			2.884,20
	3.3.90.48.00 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS			
	023-005 - Recurso FUNCRIANÇA			
	F.R.: 0.2.759.0 - Recursos Vinculados a Fundos			
	F.STN.: 2.759 - Recursos Vinculados a Fundos (Exerc.Anterior)			


Art. 2º O crédito aberto na forma do artigo 1º será coberto com recursos provenientes de Superávit Financeiro nos termos do art. 43, I, lei 4.320/64, apurado em Balanço Patrimonial, conforme demonstrativo, Anexo Único ao presente Decreto.

Art. 3º Este decreto entra em vigor nesta data.

Palácio Urupá, aos 21 dias do mês de novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
Anderson Cavalcante Oliveira
Secretário Municipal de Fazenda

(assinado eletronicamente)
Affonso Cândido
Prefeito



MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ

Av. 2 de Abril, 1701

04092672/0001-25

Exercício: 2025

SUPERAVIT FINANCEIRO APURADO EM BALANÇO EXERCÍCIO 2024

FONTE DE RECURSO VINCULADA:023.005 - Recurso FUNCRIANÇA

ANEXO ÚNICO AO DECRETO: Nº 2907, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2025

APURAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 31/12/2024

Superavit do Exercício de 2024

1 - Ativo Financeiro

R\$19.277.885,30

2 - Restos a Pagar

R\$0,00

3 - Outras Obrigações (Depósitos, cauções, consignações, etc.)

R\$0,00

Cálculo do Superavit Financeiro Apurado em Balanço

4 - Fonte de Recurso Vinculada

R\$19.277.885,30

-

R\$0,00

R\$19.277.885,30

a) Superavit Financeiro Apurado em Balanço (+)

R\$19.277.885,30

b) Créditos já Abertos no Exercício - Superávit


R\$618.662,88

c) Superavit Financeiro a Utilizar (=)

R\$18.659.222,42

(assinado eletronicamente)
Anderson Cavalcante Oliveira
Secretário Municipal de Fazenda

(assinado eletronicamente)
Affonso Cândido
Prefeito



Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento

Decreto

Identificação/Número

n. 2907, de 21 de novembro de 2025

Data

21/11/2025

ID:

2209850

CRC:

64DAEA98

Processo:

0-0/0

Usuário:

ROBERTA SANTOS LINHARES

Criação:

21/11/2025 13:10:40

Finalização:

21/11/2025 13:12:50

MD5:

E761735BF48F200DABA12F98D09E5134

SHA256:

3E9587755BD1B9A3BE29BECCEE3515E70793A69A8924F3D8DCBB79135B840E47

Súmula/Objeto:

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no corrente Exercício Financeiro.

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Ji-Paraná

RO

21/11/2025 13:12:27

GABINETE DO PREFEITO

Ji-Paraná

RO

21/11/2025 13:12:32

CGC/CONTABILIDADE

Ji-Paraná

RO


21/11/2025 13:12:40

ASSUNTOS

DECRETO

21/11/2025 13:11:38

ASSINATURAS ELETRÔNICAS




ANDERSON CAVALCANTE OLIVEIRA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

21/11/2025 13:35:58

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.



AFFONSO ANTONIO CANDIDO

PREFEITO MUNICIPAL

21/11/2025 14:30:05

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.


A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2209850 e o CRC 64DAEA98.

Avenida 2 de Abril, 1701 — Bairro Urupá — Ji-Paraná — Rondônia — CEP 76.900-149 — CNPJ 04.092.672/0001-25
Fones (69)3416-4021/4025 site: www.ji-parana.ro.gov.br — email: gabinete.jipa@gmail.com

ID: 2209850 e CRC: 64DAEA98

DigProc - Gestão Integrada de Documentos e Processos Eletrônicos

Página 1.



Estado de Rondônia
Município de Ji-Paraná
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 2908, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a transposição de recursos do orçamento, vigente e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JI-PARANA, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando as reformulações administrativas, conforme Constituição Federal, art. 167, VI, e tendo em vista as disposições da Lei Municipal nº 3710 de 03/06/2024, e

Considerando o teor do Ofício nº 351/FCJP/2025/RO (ID: 2206857).

DECRETA:

Art. 1º Fica transposto o montante de R\$ 32.749,00 (trinta e dois mil, setecentos e quarenta e nove reais) de dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2025, conforme detalhado no anexo único do presente decreto.


Art. 2º A presente transposição não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesas impostas pela Lei Municipal nº 3710 de 03/06/2024 e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contempladas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Palácio Urupá, aos 21 dias do mês de novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
Anderson Cavalcante Oliveira
Secretário Municipal de Fazenda

(assinado eletronicamente)
Affonso Cândido
Prefeito



Estado de Rondônia
Município de Ji-Paraná
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO ÚNICO AO DECRETO Nº 2908, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2025

ACRÉSCIMOS


02 17 01	FUNDACAO CULTURAL - GABINETE DO PRESIDENTE	
1097	13.392.0013.2077.0000 - Manutenção das Atividades Artísticas e Culturais. 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 019-001 - Recursos Próprios-Transf. do Município F.R.: 0.1.500.0 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Corrente)	32.749,00
TOTAL: R\$32.749,00		

REDUÇÕES

02 17 01	FUNDACAO CULTURAL - GABINETE DO PRESIDENTE	
1080	13.392.0013.2046.0000 - Manut. Ativ. do Gabinete do Presidente - Fundação Cultural 3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - CIVIL 019-001 - Recursos Próprios-Transf. do Município F.R.: 0.1.500.0 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Corrente)	-15.400,00
1082	13.392.0013.2046.0000 - Manut. Ativ. do Gabinete do Presidente - Fundação Cultural 3.3.90.33.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 019-001 - Recursos Próprios-Transf. do Município F.R.: 0.1.500.0 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Corrente)	-10.539,00
1093	13.392.0013.2046.0000 - Manut. Ativ. do Gabinete do Presidente - Fundação Cultural 4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 019-001 - Recursos Próprios-Transf. do Município F.R.: 0.1.500.0 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Corrente)	-6.810,00
TOTAL: -R\$32.749,00		



(assinado eletronicamente)
Anderson Cavalcante Oliveira
Secretário Municipal de Fazenda


(assinado eletronicamente)
Affonso Cândido
Prefeito



Município de Ji-Paraná
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Decreto	n. 2908, de 21 de novembro de 2025	21/11/2025
ID:	2209907	Processo
CRC:	FC7E8230	Documento
Processo:	1-196/2025	
Usuário:	ROBERTA SANTOS LINHARES	
Criação:	21/11/2025 13:14:59	Finalização: 21/11/2025 13:17:26
MD5:	C52AB8AC9D1C8257E67D822F389BD829	
SHA256:	CAFCFF19FA0D8A62397099C97F762B0E26C0023362C4A96EFD804B2C467F4690	
Súmula/Objeto:	Dispõe sobre a Transposição de recursos do orçamento, vigente e dá outras providências.	
INTERESSADOS		
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	Ji-Paraná	RO 21/11/2025 13:17:05
GABINETE DO PREFEITO	Ji-Paraná	RO 21/11/2025 13:17:11
CGC/CONTABILIDADE	Ji-Paraná	RO 21/11/2025 13:17:16
ASSUNTOS		
DECRETO		21/11/2025 13:16:21
ASSINATURAS ELETRÔNICAS		
 ANDERSON CAVALCANTE OLIVEIRA	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA	21/11/2025 13:35:58
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.		
 AFFONSO ANTONIO CANDIDO	PREFEITO MUNICIPAL	21/11/2025 14:30:06
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.		
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2209907 e o CRC FC7E8230.		



Estado de Rondônia
Município de Ji-Paraná
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 2909, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no corrente Exercício Financeiro.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JI-PARANA, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando as disposições da Lei Municipal nº 3732 de 13/12/2024 e dos artigos 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

Considerando o teor do Inciso V do Art. 9º da Lei n. 3732, de 13 de dezembro de 2024 (ID: 1443552) e o Ofício nº 352/FCJP/PMJP/2025 (ID: 2206869).

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício financeiro Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) distribuído as seguintes dotações:

02 17 01	FUNDACAO CULTURAL - GABINETE DO PRESIDENTE	
1698	13.392.0013.2077.0000 - Manutenção das Atividades Artísticas e Culturais. 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 019-105 - Convênio nº 516/2025/PGE-SEJUCEL F.R.: 1901.1.701.0 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres F.STN.: 1.701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos	180.000,00

Art. 2º O crédito aberto na forma do artigo 1º será coberto com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação nos termos do art. 43, II, lei 4.320/64, conforme demonstrativo, Anexo Único ao presente Decreto.

Art. 3º Este decreto entra em vigor nesta data.

Palácio Urupá, aos 21 dias do mês de novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
Anderson Cavalcante Oliveira
Secretário Municipal de Fazenda


(assinado eletronicamente)
Affonso Cândido
Prefeito

Avenida 2 de Abril, 1701 — Bairro Urupá — Ji-Paraná — Rondônia — CEP 76.900-149 — CNPJ 04.092.672/0001-25
Fones (69)3416-4021/4025 site: www.ji-parana.ro.gov.br — email: gabinete.jipa@gmail.com

ID: 2209907 e CRC: FC7E8230

Avenida 2 de Abril, 1701 — Bairro Urupá — Ji-Paraná — Rondônia — CEP 76.900-149 — CNPJ 04.092.672/0001-25
Fones (69)3416-4021/4025 site: www.ji-parana.ro.gov.br — email: gabinete.jipa@gmail.com

ID: 2209920 e CRC: AFA6F482



Estado de Rondônia
Município de Ji-Paraná
GABINETE DO PREFEITO

EXCESSO DE ARRECAÇÃO

FONTE DE RECURSO VINCULADA: 019.105 – Convênio nº 516/2025/PGE-SEJUCEL
FONTE DE RECURSO DA STN: 1901.1.701.0
APURAÇÃO ATÉ O MÊS 11/2025
ANEXO ÚNICO AO DECRETO: N. 2909, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2025

Receita	Descrição	Previsto	Arrecadado	Excesso
1724.99.0.1.09.0	CONVÊNIO Nº 516/2025/PGE-SEJUCEL	0,00	1.300.000,00	1.300.000,00
		0,00	1.300.000,00	1.300.000,00

(assinado eletronicamente)
Anderson Cavalcante Oliveira
Secretário Municipal de Fazenda

(assinado eletronicamente)
Affonso Cândido
Prefeito

Avenida 2 de Abril, 1701 — Bairro Urupá — Ji-Paraná — Rondônia — CEP 76.900-149 — CNPJ 04.092.672/0001-25
Fones (69)3416-4021/4025 site: www.ji-parana.ro.gov.br — email: gabinete.jipa@gmail.com

ID: 2209920 e CRC: AFA6F482

Município de Ji-Paraná
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Decreto	n. 2909, de 21 de novembro de 2025	21/11/2025

ID: 2209920

CRC: AFA6F482

Processo: 1-196/2025

Usuário: ROBERTA SANTOS LINHARES

Criação: 21/11/2025 13:17:36 Finalização: 21/11/2025 13:20:01

MD5: EB565D6F8CF1E3738D2E10E038FA34DB

SHA256: 15BDA5C9C3203361DD0CFF56EE19E39C4E7BA015454793039F6464D71A5BBD2D

Súmula/Objeto:
Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no corrente Exercício Financeiro.

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	Ji-Paraná	RO	21/11/2025 13:19:42
GABINETE DO PREFEITO	Ji-Paraná	RO	21/11/2025 13:19:47
CGC/CONTABILIDADE	Ji-Paraná	RO	21/11/2025 13:19:52

ASSUNTOS

DECRETO	21/11/2025 13:18:57
---------	---------------------


ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 ANDERSON CAVALCANTE OLIVEIRA	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA	21/11/2025 13:35:58
 AFFONSO ANTONIO CANDIDO	PREFEITO MUNICIPAL	21/11/2025 14:30:07

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2209920 e o CRC AFA6F482.



Estado de Rondônia
Município de Ji-Paraná
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 2910, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no corrente Exercício Financeiro.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JI-PARANA, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando as disposições da Lei Municipal nº 3732 de 13/12/2024 e dos artigos 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

Considerando o teor do Ofício nº 350/FCJP/2025/RO e o Despacho nº 1297/SEMFAZ/2025 inserido no ID: 2207428 do Processo nº 196/2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício financeiro Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) distribuído as seguintes dotações:

02 17 01	FUNDACAO CULTURAL - GABINETE DO PRESIDENTE	
1097	13.392.0013.2077.0000 - Manutenção das Atividades Artísticas e Culturais. 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 019-001 - Recursos Próprios-Transf. do Município F.R.: 0.1.500.0 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	100.000,00
02 16 01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO	-50.000,00
1047	04.121.0001.2055.0000 - Manut. Atividades da Secretaria de Planejamento 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 002-001 - Recursos Próprios do Município F.R.: 0.1.500.0 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	
02 26 01	GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES	-50.000,00
1408	04.122.0001.2013.0000 - Manutenção das Atividade da Superintendência de compras e 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 002-001 - Recursos Próprios do Município F.R.: 0.1.500.0 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	

Art. 3º Este decreto entra em vigor nesta data.

Palácio Urupá, aos 21 dias do mês de novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
Anderson Cavalcante Oliveira
Secretário Municipal de Fazenda

(assinado eletronicamente)
Affonso Cândido
Prefeito



Município de Ji-Paraná
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Decreto	n. 2910, de 21 de novembro de 2025	21/11/2025

ID: 2209934

CRC: 1F2AE775

Processo: 1-196/2025

Usuário: ROBERTA SANTOS LINHARES

Criação: 21/11/2025 13:20:14 Finalização: 21/11/2025 13:21:53

MD5: 4C46E168056A98645E2AC29B934BCE8F

SHA256: 32BE49FDED3CB1E5C8650135BAA773A5A7D96FF1CFF3202807F848EFF2BA2665

Súmula/Objeto:
Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no corrente Exercício Financeiro.

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	Ji-Paraná	RO	21/11/2025 13:21:33
GABINETE DO PREFEITO	Ji-Paraná	RO	21/11/2025 13:21:39
CGC/CONTABILIDADE	Ji-Paraná	RO	21/11/2025 13:21:44

ASSUNTOS

DECRETO	21/11/2025 13:20:47
---------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 ANDERSON CAVALCANTE OLIVEIRA	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA	21/11/2025 13:35:58
 AFFONSO ANTONIO CANDIDO	PREFEITO MUNICIPAL	21/11/2025 14:30:08

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2209934 e o CRC 1F2AE775.



Estado de Rondônia
Município de Ji-Paraná
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 2911, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a transposição de recursos do orçamento, vigente e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JI-PARANA, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando as reformulações administrativas, conforme Constituição Federal, art. 167, VI, e tendo em vista as disposições da Lei Municipal nº 3710 de 03/06/2024, e

Considerando o teor do Memorando nº 430/SEMOSP/2025 (ID: 2208517); Mem. Circular nº 03/GAB/SEMFAZ/PMJP/2025 (ID: 2109175) e o Mem. nº 167/GAB/SEMFAZ/PMJP/2025 (ID: 2124203).

DECRETA:

Art. 1º Fica transposto o montante de R\$ 65.282,20 (sessenta e cinco mil, duzentos e oitenta e dois reais e vinte centavos) de dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2025, conforme detalhado no anexo único do presente decreto.

Art. 2º A presente transposição não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesas impostas pela Lei Municipal nº 3710 de 03/06/2024 e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contempladas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data.

(assinado eletronicamente)
Anderson Cavalcante Oliveira
Secretário Municipal de Fazenda

(assinado eletronicamente)
Affonso Cândido
Prefeito



Estado de Rondônia
Município de Ji-Paraná
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO ÚNICO AO DECRETO Nº 2911, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2025

ACRÉSCIMOS

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA			
02 06 02	215	12.361.0002.2032.0000 - FOPAG 25% - ENSINO FUNDAMENTAL 3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 012-043 - Recurso Proprio 25% - Fundamental F.R.: 25.1.500.1001 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	106,66
	297	12.365.0002.2033.0000 - FOPAG 25% - Ensino Infantil - Pré-Escola 3.1.90.94.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 012-041 - Recurso Próprio 25% - Pré-Escola F.R.: 25.1.500.1001 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	3.175,54
GABINETE DO SECRETARIO MUN. DE OBRAS			
02 08 01	695	15.122.0001.2049.0000 - Manut. Atividades da Secret. Obras e Serv. Públicos 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO 002-001 - Recursos Próprios do Município F.R.: 0.1.500.0 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	62.000,00
TOTAL:			R\$65.282,20

REDUÇÕES

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA			
02 06 02	235	12.361.0002.2088.0000 - Manutenção do Ensino Fundamental 3.3.90.40.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - 012-043 - Recurso Proprio 25% - Fundamental F.R.: 25.1.500.1001 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	-106,66
	257	12.361.0002.2119.0000 - Recuperação e Reforma de Unidades Escolares - 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 012-043 - Recurso Proprio 25% - Fundamental F.R.: 25.1.500.1001 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	-3.175,54
DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS			
02 08 02	794	26.782.0006.2070.0000 - Manutenção Conservação de Veículos, Maquinas e Viaturas - 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO 002-001 - Recursos Próprios do Município F.R.: 0.1.500.0 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	-62.000,00

(assinado eletronicamente)
Anderson Cavalcante Oliveira
Secretário Municipal de Fazenda

(assinado eletronicamente)
Affonso Cândido
Prefeito

TOTAL: -R\$65.282,20

Avenida 2 de Abril, 1701 — Bairro Urupá — Ji-Paraná — Rondônia — CEP 76.900-149 — CNPJ 04.092.672/0001-25
Fones (69)3416-4021/4025 site: www.ji-parana.ro.gov.br — email: gabinete.jipa@gmail.com



ID: 2209954 e CRC: BE482E08



Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data	
Decreto	n. 2911, de 21 de novembro de 2025	21/11/2025	
ID:	2209954	Processo	Documento
CRC:	BE482E08		
Processo:	5-106/2025		
Usuário:	ROBERTA SANTOS LINHARES		
Criação:	21/11/2025 13:22:42	Finalização:	21/11/2025 13:24:51
MD5:	88FC25BDE4E7E0939956A80A145D7FBF		
SHA256:	19F1D59C612779A81B819594535315EF11CB996F42E1364EDF027FBADCDBBEB8		

Súmula/Objeto:

Dispõe sobre a Transposição de recursos do orçamento, vigente e dá outras providências.

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	Ji-Paraná	RO	21/11/2025 13:24:27
GABINETE DO PREFEITO	Ji-Paraná	RO	21/11/2025 13:24:33
CGC/CONTABILIDADE	Ji-Paraná	RO	21/11/2025 13:24:39

ASSUNTOS

DECRETO	21/11/2025 13:23:06
---------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	ANDERSON CAVALCANTE OLIVEIRA	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA	21/11/2025 13:35:58
--	------------------------------	---------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

	AFFONSO ANTONIO CANDIDO	PREFEITO MUNICIPAL	21/11/2025 14:30:09
--	-------------------------	--------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2209954 e o CRC BE482E08.



ID: 2209954 e CRC: BE482E08

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 052/SUPECOL/PMJP/2025.

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná, por meio da Superintendência de Compras e Licitações – SUPECOL e da Agente de Contratação bem como Equipe de Apoio, nomeados pelo Decreto Municipal nº 2465/2025, torna público aos interessados que realizou, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei n. 14.133/2021, **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, em favor da empresa: **M.L. DA SILVA HOLANDA BONIM**, inscrita no CNPJ sob o nº **31.836.160/0001-07**, no valor total de **\$ 40.500,00 (quarenta mil e quinhentos reais)**, cujo o objeto é a Contratação de empresa especializada em serviços de decoração temática, ornamentação, ambientação e fornecimento de alimentação para camarins, destinados ao atendimento de artistas, bandas e autoridades públicas que participarão da programação comemorativa alusiva ao 48º aniversário do Município de Ji-Paraná/RO. **Referente ao processo administrativo nº 1-14120/2025 FCJP**. Demais informações encontram-se disponíveis no site <http://transparencia.ji-parana.ro.gov.br/>.

Ji-Paraná-RO, 21 de novembro de 2025.

Izabelly Paiva Porfírio

Membro da CPL

Decreto nº 2199/GAB/PMJP/2025



D: 2208441 e CRC: 0B255B92

ATAS CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela Lei 2472/13.

ATA Nº 17 DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE JI-PARANÁ/RO. Ao primeiro dia do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, às 8h na sede da Casa dos Conselhos, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, na presença dos Conselheiros: Ana Paula da Silva Albuquerque (SEMED); Francisco Marcos Gomes da Páscoa (IPER); Daiane Santos de Araújo (CEDB); Sirlene Muniz Ferreira e Cândido (SEMASF); Gustavo Athayde Nascimento (Fundação Cultural); Angelita Aparecida Pereira (Grilo Falante); Mauréla Dyane dos Santos Carvalho (APAE – membro suplente) Edilson Shockness (SEMUSA); Ivone Cristina de Souza Soares (Casa de Nazaré); Glória Maria Paula da Silva Mattara (JICRED - membro suplente) e Osvaldo Cazuzu da Silva (SEMES). Às 8h15 a Vice-Presidente deste Colegiado, Sirlene Muniz Ferreira e Cândido (SEMASF) iniciou os trabalhos informando sobre a ausência justificada da Presidente Maria José que encontra-se fora do Estado na conferência da Mulher. Registra-se a presença da servidora Tatiane Sepe Campos e Dayane Gimenez como convidadas. A Conselheira Ana Paula da Silva Albuquerque, apresentou a Pauta para aprovação. Passando para as deliberações. **1. RELATÓRIO DA VISITA DOS CONSELHOS TUTELARER:** Foi apresentado o Relatório de visita técnica do 1º Conselho Tutelar e questionado pelos membros da Comissão sobre a legalidade de os motoristas levarem os veículos para suas residências. Foi esclarecido pela Vice-Presidente deste Colegiado que não há legalidade para que estes veículos pernoitem na residência dos motoristas, mas que o caso como é delicado, pode ser propiciado um espaço adequado aos plantonistas cumprirem seus plantões na sede do Conselho Tutelar que demandam outros questionamentos. Ficando deliberado que o fato será encaminhado à Procuradoria Municipal para consulta jurídica. Quanto à estrutura arquitetônica, foi esclarecido, pela Vice-Presidente, que a responsabilidade da Construção é da SEAS e que deverá ser solicitado a cópia do projeto de construção da sede para conhecimento. Foi lido na sequência o relatório de visita do 2º Conselho Tutelar e apresentada às demandas, foi esclarecido pela conselheira Ivone a importância da adequada utilização do SIPIA e o papel do CMDCA na viabilização. Foi relatado sobre a importância da cultura do registro para garantia dos atendimentos e continuidade das ações, sobretudo no campo público. Os relatórios seguem APROVADOS para adequações sugeridas em termos específicos, sob responsabilidade da Conselheira Ana Paula, ficando deliberado sobre a necessidade de solicitar à PGM parecer sobre os veículos, solicitar cópia do processo de construção da

(Assinaturas)

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela Lei 2472/13.

sede do colegiado e propiciar momento formativo. **2. Apresentação do NUPS:** Com a oportunidade de fala, o convidado do NUPS - Tribunal de Justiça de Rondônia, senhor Raul Camilo, discorreu sobre a origem de criação do Fluxo de Entrega voluntária e foi esclarecido que ainda não houve unificação dos fluxos e encontra-se sobrestado os trabalhos. Foi esclarecido que devido à legislação coibir abortos, há necessidade de formalizar o direito da gestante que não quer ser mãe de legítima e assegurar a entrega legal desta criança assegurando os direitos e sobretudo segurança. Todos os casos devem ser encaminhados ao Núcleo de Apoio Psicossocial - NUPS que ficará responsável pelos trâmites legais, garantindo sigilo e garantia dos direitos devidos. Fica formalmente entregue ao CMDCA e aos representantes da Comissão Responsável, a proposta de fluxo apresentada pela equipe do NUPS, para análise, adequações e encaminhamentos. Foi discorrido sobre a importância da participação de ao menos um Conselheiro Tutelar de cada distrito presente nas deliberações, visando aprofundamento das ações do Conselho Tutelar. Após amplo momento de discussão entre os conselheiros presentes, a pauta foi encerrada com agradecimentos à disponibilidade do servidor em se disponibilizar para este momento. **3. OFÍCIO nº265 /1ºCTJP/2025:** Foi lido na íntegra o Ofício supracitado e deliberado que será respondido o documento informando que a presença dos conselheiros tutelares nas reuniões do CMDCA é assegurada e que os mesmos têm oportunidade de fala garantida. **4. APRESENTAÇÃO DO DEMONSTRATIVO FUMCRANÇA:** Foi informado que esta pauta ficará à cargo dos 1º e 2º tesoureiros e a Comissão permanente de fundos trazer uma explanação sobre a temática para a próxima reunião ordinária. **5. ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA FUMCRANÇA:** Foi esclarecido que houve a alteração e publicação do cronograma, atendendo a solicitação da Comissão de Seleção. A convidada Tatiane fez um breve relato sobre o andamento dos trabalhos, parabenizando a ampla participação das OSCs. O conselheiro Francisco Marcos fez alguns questionamentos sobre os trabalhos da comissão que foram esclarecidos pela convidada. **6. INFORMES:** Foi relatado que a SEMFAZ não oficializou os representantes para composição deste colegiado e que o Conselheiro Joaquim Teixeira ficou encarregado de cobrar novamente essa indicação e que este colegiado oficializará nova solicitação com cópia para o Gabinete do Prefeito. **Resolução Governamental:** foi esclarecido que o Processo Tramita sob o número 16-27/2025 e encontra-se tramitando. Sem nada mais a tratar, a reunião foi encerrada às 10h36 e esta Ata foi lavrada por mim, Ana Paula da Silva Albuquerque, 1ª Secretária deste Colegiado e após ser lida e aprovada, será assinada por

(Assinaturas)

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.


Lei Municipal 311/90, alterada pela Lei 2472/13.

mim e pelos demais presentes.

Relação Nominal em Conformidade com Decreto N. 1434, de 11 de abril de 2025.

Representantes do Poder Público

Sirlene Muniz Ferreira e Cândido
(SEMASF -Membro Titular)Gilson Lopes Soares (SEMASF
-Membro Suplente)Ana Paula da Silva Albuquerque
(SEMED -membro titular)Maria Aparecida Gomes da Silva
(SEMED- membro Suplente)Edilson Shockness (SEMUSA –
membro titular)Antelmo de Souza Ferreira (SEMUSA
– membro suplente)Bruno Costa Ozame (SEMFAZ –
membro titular)Mislayne Gabriela dos Santos Barreto
(SEMFAZ – membro suplente)Gustavo Athayde Nascimento
(Fundação Cultural – membro titular)Ana Beatriz (Fundação Cultural –
membro suplente)Osvaldo Cazuzu da Silva (SEMES –
membro titular)Rui Vieira de Souza (SEMES –
membro suplente)



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
Lei Municipal 311/90, alterada pela Lei 2472/13.

Joaquim Teixeira dos Santos
(Gabinete do Prefeito – membro titular)

Alana Cecília Vieira Paulino (Gabinete do Prefeito – membro suplente)

Representantes da Sociedade Civil

Daiane Santos de Araújo (CEDB – membro titular)

José Antônio de Lima Araújo (CEDB – membro suplente)

Angelita Aparecida Pereira (Grilo Falante – membro titular)

Rosecleide Ferreira San Tiago (Grilo Falante – membro suplente)

Ivone Cristina de Souza Soares (Casa de Nazaré – membro titular)

Matheus Cristian de Souza (Casa de Nazaré – membro suplente)

Maria José da Silva (APAE – membro titular)


Maurélia Dyane dos Santos Carvalho (APAE – membro suplente)

Angelita Farias Barbosa Nogueira (JICRED - membro titular)

Glória Maria Paula da Silva Mattara (JICRED - membro suplente)

Francisco Marcos Gomes da Páscoa (IPER - membro titular)


Dayane de Paula Teodoro Páscoa (IPER - membro suplente)



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
Lei Municipal 311/90, alterada pela Lei 2472/13.

Marcilene Patrícia Ribeiro de Assis
(Cantinho do Céu – membro titular)


Renata Tabarelli Kobayashi Colombo
(Cantinho do Céu – membro suplente)



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE JI-PARANÁ – RO
Lei Municipal 311/90, alterada pela Lei 2472/13

LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA REALIZADA DIA 01/10/2025, ÀS 8H NA SALA DE REUNIÕES DA CASA DOS CONSELHOS

	NOME	TELEFONE	REPRESENTATIVIDADE
01	Sirlene Maria F. Pando		
02	Ana Paula E. Albuquerque	69-99253-5229	SEMED
03	Márcia Pariza	69-9986-0040	SEMES
04	Evilene Stark	68-99280-4029	SEMACS
05	Tatiane Silva Campos	69-99222-1328	SEMASE
06	Eustáquio Athayde Nascimento	(69) 99222-2223	FUM. CULTURAL
07	Márcia Carvalho	(69) 99303-6731	APAE
08	Francisco Marcos S. da Páscoa	(69) 99223-7318	IPER
09	Angelita Aparecida Pereira	69 99396-449	AISSDP
10	Jonas Norberto de Souza Barros	99248-1088	Grilo do Negro
11	Naiane Santos de Araújo	69-99933-1591	CEDB
12	Glória Maria Paula da Silva Mattara	69 99902-8102	Fundação J. Pádua
13	Raul Cirilo Gonçalves	69 99950-1128	MUPS/TJRO.
14	Dayane Guimaraes D. Ferreira	(69) 99379-7065	Fundação J. Pádua
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			



Município de Ji-Paraná
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Ata	17	21/11/2025

ID: 2206587

CRC: F5829E5C

Processo: 0-0/0

Usuário: ANA PAULA DA SILVA ALBUQUERQUE

Criação: 21/11/2025 08:37:37 Finalização: 21/11/2025 08:37:46

MD5: 92A16409BA8F95627ADB6562ED7AC8A2

SHA256: 2BA8E575607C1E5DFE9D666EF23109262C911246B9879F816A25CCBEB96C08CF

Súmula/Objeto: Solicitação de publicação das Atas 20 - 19 - 18 - 17 .

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JI-PARANÁ	RO	21/11/2025 08:37:37
---	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO	21/11/2025 08:37:37
---------------------------	---------------------

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Ofício 453	19/11/2025	2205198
------------	------------	---------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2206587 e o CRC F5829E5C.

DigProc - Gestão Integrada de Documentos e Processos Eletrônicos

Página 1.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela Lei 2472/13.

ATA Nº 18 DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE JI-PARANÁ/RO. Aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, às 9h no auditório da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMASF, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, na presença dos Conselheiros: Ana Paula da Silva Albuquerque (SEMED); Francisco Marcos Gomes da Páscoa (IPER); Daiane Santos de Araújo (CEDB); Sirlene Muniz Ferreira e Cândido (SEMASF); Matheus Cristian de Souza (Casa de Nazaré - membro suplente); Angelita Aparecida Pereira (Grilo Falante); Maria José da Silva (APAE); Edilson Shockness (SEMUSA) e Marilene Patrícia Ribeiro de Assis (CRECHE CANTINHO DO CÉU). A Reunião contou ainda com a presença de convidados, devidamente registrados em lista de presença própria. Às 9h07 a Presidente deste Colegiado, Maria José da Silva, iniciou os trabalhos informando que a reunião extraordinária tem a finalidade de cumprir cronograma previsto no Edital de Chamamento Público nº 01/CMDCA/2025 publicado através da Resolução nº 310/CMDCA/2025 em conformidade com o OFÍCIO Nº 008/COMISSÃO/SEMASF/2025 - ID 2127290 encaminhado ao CMDCA em vinte de outubro. A vice-presidente do colegiado, Sirlene Muniz Ferreira e Cândido (SEMASF), agradeceu a presença de todos e mencionou a honra de participar deste momento que impacta positivamente na sociedade. Reforçou que a Secretaria de Assistência Social está à disposição e desejou que nos próximos anos, apareçam projetos mais audaciosos que abranjam o maior número de crianças e adolescentes o possível. Foi apresentada a Pauta única para aprovação. Passando para as deliberações. Pauta: **1. APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS PELA COMISSÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS (Decreto Municipal nº 2264/2025):** A presidente da Comissão de seleção dos projetos inscritos, a servidora Tatiane Sene Campos iniciou sua fala apresentando todos os membros que contribuíram nos trabalhos realizados e evidenciou o trabalho que foi pautado em beneficiar o maior número de entidades e assim, oportunizar atendimento ao maior número de crianças e adolescentes de nosso Município. Parabenizou a todos os inscritos pelo empenho e iniciou a leitura na íntegra do OFÍCIO Nº 008/COMISSÃO/SEMASF/2025 - ID 2127290 contendo o resultado da análise sendo aprovadas as instituições: Fundação De Educação, Cultura E Desenvolvimento Empresarial E Social Fundação Jicred/CDL - Fundação Jicred com o Projeto Conviver Para Crescer; Agência Adventista De Desenvolvimento E Recursos Assistenciais - ADRA



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela Lei 2472/13.

com o Projeto "Renascer"; Instituto Kaleo com o Projeto "Heróis Do Saber"; Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais De Ji-Paraná- Ro/APAE com o Projeto "Construindo Caminho Pela Educação: Promoção, Prevenção e Inclusão Como Ferramentas de Transformação Social"; Entidade De Obras Sociais Da Paróquia São José Centro Educ Dom Bosco com o Projeto "Educando Com A Música O Som Que Transforma"; Associação De Amigos Orquestra Orquestra Em Ação com o Projeto "Orquestra Em Ação"; Associação Centro Social De Promoção Humana E Educação Popular Casa De Nazaré com o Projeto "Ecoar-Educação, Cultura E Oportunidade Em Ação Pelo Respeito À Diversidade"; Instituto Padre Ezequiel Ramin - IPER com o Projeto "Protagonismo Que Transforma e Caminhos Para O Mundo Do Trabalho"; Associação Carisma Em Ação com o Projeto "Transformando Vidas"; Associação De Artes Marciais E Atividades Físicas Impacto - Academia Impacto com o Projeto "Faixa Preta Na Vida"; Associação De Integração Social Solidária Divina Providência Centro De Desenvolvimento Humano Divina Providência /Grilo Falante com o Projeto "Novos Horizontes/Espaço De Crescimento E Transformação"; Grupo Assistencial De Amigos De Ji-Paraná - Gaajipa /Cantinho Do Céu com o Projeto "Crescer Brincando: Educação, Cultura e Lazer Para A Primeira Infância"; Organização Assistencial Boas Novas ORABAN com o Projeto "Trilhas Do Amanhã Projeto de Desenvolvimento Educacional e Esportivo para Crianças e Adolescentes"; Evolução Instituto De Ciência E Tecnologia com o Projeto "Tecnologia Educacional E Gamificação"; Associação Resgate De Vidas Ernesta G. Bernardi com o Projeto "Brincando E Educando"; Orquestra Redenção Da Criança com o Projeto "Orquestra Redenção Da Criança"; Associação Jiparanaense De Apoio E Desenvolvimento Da Arte Capoeira Abadã A.J.Dará com o Projeto "No Tocar Do Berimbau Todos São Iguais". Após a apresentação, foi oportunizado fala aos presentes e o Conselheiro Francisco Marcos relembrou a trajetória dos trabalhos enquanto comissão que elaborou o Edital inicial e o quanto isso foi trabalhoso e gratificante ver a quantidade de entidades beneficiadas. Outros presentes parabenizaram o empenho do CMDCA, da SEMASF e da Comissão. Foi solicitado pela Vice-Presidente Sirlene que no dia da assinatura do Termo de Fomento, as entidades providenciem material simples de divulgação da entidade para a cerimônia que contará com diversas autoridades. As entidades novas foram apresentadas. Com a oportunidade de fala a Dr Elaine, jurídico da SEMASF enfatizou sobre a finalidade dos recursos e a importância da lisura na aplicação dos recursos. A Vice-presidente ofereceu um momento formativo voltado a capacitação que foi aceito por todos. Os representantes



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela Lei 2472/13.

da entidade Impacto se apresentaram e apresentaram seu projeto. A servidora Maurélia da APAE mencionou sobre a importância do FUMCRIANÇA no atendimento aos excepcionais. A Presidente convocou os Conselheiros para votar a matéria apresentada sendo aprovada por todos os conselheiros presentes por unanimidade. Sem nada mais a tratar, a reunião foi encerrada às 09h50 e esta Ata foi lavrada por mim, Ana Paula da Silva Albuquerque, 1º Secretária deste Colegiado e após ser lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais presentes.

Relação Nominal em Conformidade com Decreto N. 1434, de 11 de abril de 2025.


Representantes do Poder Público	
Sirlene Muniz Ferreira e Cândido (SEMASF -Membro Titular)	AUSENTE
Gilson Lopes Soares (SEMASF -Membro Suplente)	AUSENTE
Ana Paula da Silva Albuquerque (SEMED -membro titular)	AUSENTE
Maria Aparecida Gomes da Silva (SEMED- membro Suplente)	AUSENTE
Edilson Shockness (SEMUSA - membro titular)	AUSENTE
Antelmo de Souza Ferreira (SEMUSA - membro suplente)	AUSENTE
Bruno Costa Ozame (SEMFAZ - membro titular)	AUSENTE
Cristiana de Oliveira (SEMFAZ - membro suplente)	AUSENTE
Gustavo Athayde Nascimento (Fundação Cultural - membro titular)	AUSENTE
Ana Beatriz (Fundação Cultural - membro suplente)	AUSENTE




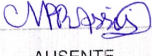
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

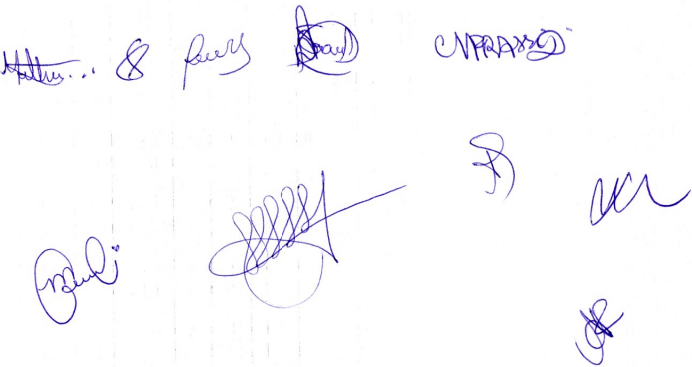
Lei Municipal 311/90, alterada pela Lei 2472/13.

Osvaldo Cazuya da Silva (SEMES - membro titular)	AUSENTE
Rui Vieira de Souza (SEMES - membro suplente)	AUSENTE
Joaquim Teixeira dos Santos (Gabinete do Prefeito - membro titular)	AUSENTE
Alana Cecília Vieira Paulino (Gabinete do Prefeito - membro suplente)	AUSENTE
Representantes da Sociedade Civil	
Daiane Santos de Araújo (CEDB - membro titular)	AUSENTE
José Antônio de Lima Araújo (CEDB - membro suplente)	AUSENTE
Angelita Aparecida Pereira (Grilo Falante - membro titular)	AUSENTE
Rosecleide Ferreira San Tiago (Grilo Falante - membro suplente)	AUSENTE
Ivone Cristina de Souza Soares (Casa de Nazaré - membro titular)	AUSENTE
Matheus Cristian de Souza (Casa de Nazaré - membro suplente)	AUSENTE
Maria José da Silva (APAE - membro titular)	AUSENTE
Maurélia Dyane dos Santos Carvalho (APAE - membro suplente)	AUSENTE
Angelita Farias Barbosa Nogueira (JICRED - membro titular)	AUSENTE
Glória Maria Paula da Silva Mattara (JICRED - membro suplente)	AUSENTE



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
Lei Municipal 311/90, alterada pela Lei 2472/13.

Francisco Marcos Gomes da Páscoa (IPER - membro titular)	
Dayane de Paula Teodoro Páscoa (IPER - membro suplente)	AUSENTE
Marcilene Patrícia Ribeiro de Assis (Cantinho do Céu - membro titular)	
Renata Tabarelli Kobayashi Colombo (Cantinho do Céu - membro suplente)	AUSENTE



D: 2205209 e CRC: 53E2B91E




Município de Ji-Paraná
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Ata	17	19/11/2025
ID:	2205209	Processo
CRC:	53E2B91E	Documento
Processo:	0-0/0	
Usuário:	ANA PAULA DA SILVA ALBUQUERQUE	
Criação:	19/11/2025 13:51:02	Finalização: 19/11/2025 13:51:20
MD5:	AA4FBBA760DC745F5879D03D246DE587	
SHA256:	2AC62C33F564B78236570A591D2865AEB023DDCCE2570ADCFC67F587A087E625	
Súmula/Objeto:	Solicitação de publicação das Atas 20 - 19 - 18 - 17 .	
INTERESSADOS		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JI-PARANA	RO 19/11/2025 13:51:02
ASSUNTOS		
AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO	19/11/2025 13:51:02	
DOCUMENTOS RELACIONADOS		
Ofício 453	19/11/2025	2205198
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2205209 e o CRC 53E2B91E.		

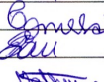
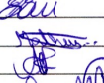
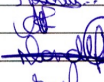
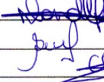
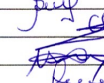
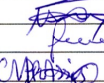
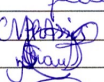
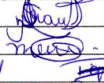
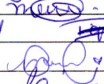
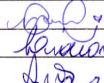
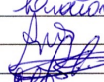
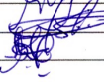
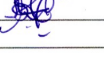
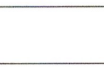

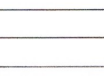
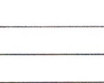

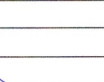
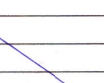
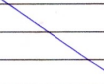
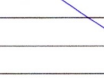
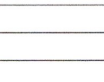
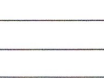
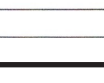



DigProc - Gestão Integrada de Documentos e Processos Eletrônicos

Página 1.




CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE JI-PARANÁ - RO
Lei Municipal 311/90, alterada pela Lei 2472/13

LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, REALIZADA DIA 21/10/2025 - 9h NO AUDITÓRIO DA SEMASF.

	NOME	REPRESENTATIVIDADE	ASSINATURA
1.	Francisco Marcos Gomes da Páscoa	IPER	
2.	Dayane de Paula Teodoro Páscoa	IPER	
3.	Marcilene Patrícia Ribeiro de Assis	Cantinho do Céu	
4.	Renata Tabarelli Kobayashi Colombo	Cantinho do Céu	
5.	Francisco Marcos Gomes da Páscoa	IPER	
6.	Dayane de Paula Teodoro Páscoa	IPER	
7.	Marcilene Patrícia Ribeiro de Assis	Cantinho do Céu	
8.	Renata Tabarelli Kobayashi Colombo	Cantinho do Céu	
9.	Francisco Marcos Gomes da Páscoa	IPER	
10.	Dayane de Paula Teodoro Páscoa	IPER	
11.	Marcilene Patrícia Ribeiro de Assis	Cantinho do Céu	
12.	Renata Tabarelli Kobayashi Colombo	Cantinho do Céu	
13.	Francisco Marcos Gomes da Páscoa	IPER	
14.	Dayane de Paula Teodoro Páscoa	IPER	
15.	Marcilene Patrícia Ribeiro de Assis	Cantinho do Céu	
16.	Renata Tabarelli Kobayashi Colombo	Cantinho do Céu	
17.	Francisco Marcos Gomes da Páscoa	IPER	
18.	Dayane de Paula Teodoro Páscoa	IPER	
19.	Marcilene Patrícia Ribeiro de Assis	Cantinho do Céu	
20.	Renata Tabarelli Kobayashi Colombo	Cantinho do Céu	
21.	Francisco Marcos Gomes da Páscoa	IPER	
22.	Dayane de Paula Teodoro Páscoa	IPER	
23.	Marcilene Patrícia Ribeiro de Assis	Cantinho do Céu	
24.	Renata Tabarelli Kobayashi Colombo	Cantinho do Céu	
25.	Francisco Marcos Gomes da Páscoa	IPER	
26.	Dayane de Paula Teodoro Páscoa	IPER	
27.	Marcilene Patrícia Ribeiro de Assis	Cantinho do Céu	
28.	Renata Tabarelli Kobayashi Colombo	Cantinho do Céu	
29.	Francisco Marcos Gomes da Páscoa	IPER	
30.	Dayane de Paula Teodoro Páscoa	IPER	
31.	Marcilene Patrícia Ribeiro de Assis	Cantinho do Céu	
32.	Renata Tabarelli Kobayashi Colombo	Cantinho do Céu	
33.	Francisco Marcos Gomes da Páscoa	IPER	
34.	Dayane de Paula Teodoro Páscoa	IPER	
35.	Marcilene Patrícia Ribeiro de Assis	Cantinho do Céu	
36.	Renata Tabarelli Kobayashi Colombo	Cantinho do Céu	

D: 2205209 e CRC: 53E2B91E



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
Lei Municipal 311/90, alterada pela Lei 2472/13.

ATA Nº 19 DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE JI-PARANÁ/RO. Aos cinco dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, às 8h na sala de reuniões da Casa dos Conselhos, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, na presença dos Conselheiros: Ana Paula da Silva Albuquerque (SEMED); Osvaldo Cazuza (SEMES); Francisco Marcos Gomes da Páscoa (IPER); Daiane Santos de Araújo (CEDB); José Antônio de Lima Araújo (CEDB – membro suplente); Gilson Lopes Soares (SEMASF); Angelita Aparecida Pereira (Grilo Falante); Roseleide Ferreira San Tiago (Grilo Falante – membro suplente); Maria José da Silva (APAE); Edilson Shockness (SEMUSA); Glória Maria Paula da Silva Mattara (JECRED –membro suplente); Joaquim Teixeira dos Santos (Gabinete do Prefeito) e Marcilene Patrícia Ribeiro de Assis (CRECHE CANTINHO DO CÉU). A Reunião contou ainda com a presença de convidados, devidamente registrados em lista de presença própria. Às 8h11 a Presidente deste Colegiado, Maria José da Silva, deu abertura aos trabalhos informando que a pauta da reunião é extensa e morosa e indagou aos conselheiros presentes se havia alguma sugestão. Foi sugerido que se priorize os assuntos de maior demanda de prazos e que seja agendada uma reunião extraordinária para conclusão da pauta caso necessário. Foi apresentada a Pauta para aprovação. Passando para as deliberações. Pauta 1. Capacitação destinada aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente a ser realizada em Ariquemes em dezessete de novembro: A secretária da mesa diretora realizou a leitura do Ofício nº 9344/2025/SEAS-CONEDCA que convida a Presidente e mais um conselheiro para participar da Capacitação destinada aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA's), a realizar-se no dia 17 de novembro de 2025, às 14h, no Centro de Empreendedorismo e Inovação de Ariquemes. Ficando deliberado que além da Presidente Maria José, o Conselheiro Osvaldo Cazuza irá participar. Seguindo com a Pauta 2. Ofício n.º 309/2º CTJP/2025 - Solicitação de construção da sede do 2º Conselho Tutelar: Foi realizada a leitura do documento supracitado ficando deliberado que será solicitado à SEMASF a cópia do processo para análise e parecer do CMDCA e que o ofício supracitado será respondido informando o aguardo da cópia do referido Processo. Passando para a Pauta 3. Ofício n.º 000493/2025 - 2ª PJ - JPA - Solicita comprovante de envio do Fluxo de Acolhimento Emergencial e demais providências: após a leitura do documento posto, foi esclarecido que por um lapso, a Resolução nº 292/CASADOSCONSELHOS/

D: 2205217 e CRC: AAB0241

DigProc - Gestão Integrada de Documentos e Processos Eletrônicos

Página 1.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela Lei 2472/13.

CMDCA/2025 em seis (6) de agosto do ano corrente sem o anexo do fluxo e os encaminhamentos necessários. Foi esclarecido ainda que nova publicação foi realizada com o documento completo na data de vinte e oito (28) de outubro e encaminhado via Ofício aos Conselhos Tutelares. Foi esclarecido que as formações com a equipe da SEMASF não foram realizadas devido a conflitos de agendas e que já foi realizada formação com os Conselhos Tutelares ficando a Conselheira Tutelar Elaine Catiele responsável por encaminhar esse registro para subsidiar a resposta junto ao Ministério Público. Foi informado pelo conselheiro Gilson Lopes que o Ministério Público ficou responsável por parte da formação. Concluída a matéria apresentada, seguiu para a Pauta **4. Projeto “Apadrinhando uma história”**: Foi esclarecido que o projeto foi encaminhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Família - SEMASF, através do Memorando 19/PE-SEMASF/2025 na data de vinte e dois (22) de agosto e que por um lapso, foi esquecido de ser inserido nas pautas. Após ser explicado e os devidos ajustes pontuados, o projeto foi aprovado e segue para publicação de resolução própria e ampla divulgação. Na sequência dos trabalhos, iniciou a Pauta **5. Ofício n.º 305/1ºCTJP/2025 - Férias da Conselheira Tutelar Leandra Brito**: Foi apresentado aos conselheiros presentes, a solicitação de férias da conselheira tutelar e esclarecido que o Conselheiro Tutelar Suplente Evandro Nascimento, será convocado novamente considerando as desistências das conselheiras anteriores, respeitando a Resolução Nº 036/CMDCA/2023 que dispõe sobre o resultado Final da Eleição Unificada do Conselho Tutelar de Ji-Paraná, candidatos eleitos titulares, suplentes e quantitativos de votos de todos os candidatos ao processo de Escolha dos Conselhos Tutelares no Município de Ji-Paraná – RO. Foi deliberado pela convocação do Conselheiro com maior número de votos. **6. Composição da Comissão Disciplinar e de Ética**. A presidente esclareceu que a referida Comissão precisa ser formada pois existem demandas sensíveis e urgentes aguardando encaminhamento. Os conselheiros questionaram a competência técnica necessária para essa comissão e esclareceram que o Município dispõe de um Corregedoria com estrutura para tal. Foi esclarecido a necessidade de constituir tal comissão respeitando a Lei n.º 3.642/2023 que determina a composição por sete (7) membros e que a composição e seleção serão disciplinadas por Regimento. Foi esclarecido pela Conselheira Ana Paula que presidiu a última comissão de outubro à dezembro do ano de 2024, que houve uma nomeação de apenas quatro membros, sendo inclusive servidores de provimento temporário destoando da legislação. Foi construído um regimento que não fora aprovado



D: 2205217 e CRC: AABD0241



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela Lei 2472/13.

por estar irregular a composição da comissão. Foi informado pela Presidente deste colegiado que tramita um processo com proposta de alteração da Lei 3.642/2023 que além de outras alterações, propõe que essa Comissão seja de responsabilidade da Corregedoria Municipal mas que até a tramitação e aprovação pela Câmara de Vereadores, existe muito tempo e a comissão precisa existir para sanar as demandas pertinentes. Foi solicitado pelos conselheiros Tutelares presentes que seja incluída nessa alteração de Lei uma organização nas escalas de sobreaviso dos Conselheiros Tutelares que trabalham de forma ininterrupta os plantões e atendimento comum e que extrapola a carga horária contratual gerando extremo desgaste. Foi pontuado pelos Conselheiros de direito que a situação precisa ser revista com urgência pois isso fere os direitos trabalhistas e pode gerar uma sobrecarga demasiada nos Conselheiros Tutelares, ficando deliberado que a carga horária de trabalho precisa ser analisada e deliberada posteriormente. E que a cópia deste Processo será solicitado ao Poder Executivo para estudos e manifestação deste Colegiado. Foi deliberado ainda que será solicitado ao Poder Executivo a expedição de Decreto nomeando a Comissão Disciplinar e de Ética com urgência e que será recomendado que sejam os membros, compostos por servidores do quadro efetivo, com conhecimento e aptidão para o desempenho dos trabalhos e que tenha duração compatível com o mandato dos Conselheiros Tutelares. Pauta **7. Ofício n.º 000477/2025 - 2º PJ - JPA - Solicita apuração e providências de eventuais irregularidades na conduta de Conselheira Tutelar**: Foi mencionado o documento e deliberado que será encaminhado para a Comissão de Ética dar andamento aos trabalhos. Ficando deliberado ainda que a resposta ao referido Ofício será a cópia desta Ata informando as providências adotadas. Pauta **8. Ofício n.º 000845 - 3º PJ - JPA - Solicita a apuração na conduta de Conselheiros Tutelares**: Foi deliberado que o documento e seus anexos serão encaminhados à Comissão Disciplinar e de Ética para os devidos andamentos. Pauta **9. Ofício n.º 000810/2025 - 3º PJ - JPA - Solicita informações sobre a atual utilização dos recursos do FIA**: Após a leitura do Ofício, foi esclarecido que a comissão de Orçamentos ficará responsável por subsidiar essa resposta. Pauta **10. Parecer sobre o Fluxo Operacional e Sistêmico da Entrega Voluntária em Ji-Paraná**: O conselheiro Marcos iniciou a apresentação do Parecer e após as devidas contribuições foi deliberado sobre a importância da participação dos envolvidos na reunião de seis (6) de novembro no Ministério Público sobre o tema para melhor esclarecimento dos apontamentos elencados uma vez que o Fluxo, como foi apresentado,



D: 2205217 e CRC: AABD0241



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela Lei 2472/13.

não foi aprovado pelos Conselheiros presentes. Pauta **11. Finalização da primeira etapa da fase de celebração do Edital FUMCRIANÇA**: Foi apresentado o quantitativo de entidades que já encaminharam os documentos previstos no Edital de Chamamento Público 0001/2025 e esclarecido que não haverá prorrogação de prazo. Foi solicitado que sejam encaminhados por e-mail uma confirmação de recebimento dos documentos, pelo CMDCA para assegurar que os arquivos chegaram ao destinatário. Pauta **12. Ofício 30/INATS/2025**: Foi lido o Ofício e os Conselheiros presentes informaram que devido a agenda de fim de ano, não será possível a data indicada de oito (8) de novembro para a reunião, mas que seja remanejado para o exercício de 2026 pois o assunto é pertinente. Foi solicitado pelos conselheiros Tutelares e aprovado pelos conselheiros presentes, a inclusão de uma pauta referente ao encerramento do contrato dos telefones do plantão e que isso prejudica muito os atendimentos e precisa ser resolvido, foi pontuado que essa demanda já foi objeto de pauta pelo CMDCA e que precisa ser solucionado. Foi apresentado ainda, pelos Conselheiros Tutelares, que há pendências financeiras junto à Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado de Rondônia - ACTRON que precisam ser resolvidos. Foi esclarecido que após os encaminhamentos formais sobre o assunto, o CMDCA irá solicitar à SEMASF informações sobre como é possível resolver tal pendência. Sem nada mais a tratar, a reunião foi encerrada às 11h09 e esta Ata foi lavrada por mim, Ana Paula da Silva Albuquerque, 1º Secretária deste Colegiado e após ser lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais presentes.

Relação Nominal em Conformidade com Decreto N. 2681, de 30 de novembro de 2025.

Representantes do Poder Público	
Sirlene Muniz Ferreira e Cândido (SEMASF -Membro Titular)	-
Gilson Lopes Soares (SEMASF -Membro Suplente)	
Ana Paula da Silva Albuquerque (SEMED -membro titular)	
Maria Aparecida Gomes da Silva (SEMED- membro Suplente)	-



D: 2205217 e CRC: AABD0241



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela Lei 2472/13.

Edilson Shockness (SEMUSA – membro titular)	
Antelmo de Souza Ferreira (SEMUSA – membro suplente)	-
Bruno Costa Ozame (SEMFAZ – membro titular)	-
Cristiana de Oliveira (SEMFAZ – membro suplente)	-
Gustavo Athayde Nascimento (Fundação Cultural – membro titular)	-
Ana Beatriz (Fundação Cultural – membro suplente)	-
Osvaldo Cazuza da Silva (SEMES – membro titular)	
Rui Vieira de Souza (SEMES – membro suplente)	-
Joaquim Teixeira dos Santos (Gabinete do Prefeito – membro titular)	
Paula de Brito Martins (Gabinete do Prefeito – membro suplente)	-
Representantes da Sociedade Civil	
Daiane Santos de Araújo (CEDB – membro titular)	
José Antônio de Lima Araújo (CEDB – membro suplente)	
Angelita Aparecida Pereira (Grilo Falante – membro titular)	
Rosecleide Ferreira San Tiago (Grilo Falante – membro suplente)	



D: 2205217 e CRC: AABD0241



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela Lei 2472/13.

Ivone Cristina de Souza Soares (Casa de Nazaré – membro titular)	-
Matheus Cristian de Souza (Casa de Nazaré – membro suplente)	-
Maria José da Silva (APAE – membro titular)	
Maurélia Dyane dos Santos Carvalho (APAE – membro suplente)	-
Angelita Farias Barbosa Nogueira (JICRED - membro titular)	-
Glória Maria Paula da Silva Mattara (JICRED - membro suplente)	
Francisco Marcos Gomes da Páscoa (IPER - membro titular)	
Dayane de Paula Teodoro (IPER - membro suplente)	-
Marcelene Patrícia Ribeiro de Assis (Cantinho do Céu – membro titular)	
Renata Tabarelli Kobayashi Colombo (Cantinho do Céu – membro suplente)	-



Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Ata	19	19/11/2025

ID: 2205217

CRC: AABD0241

Processo: 0-0/0

Usuário: ANA PAULA DA SILVA ALBUQUERQUE

Criação: 19/11/2025 13:53:35 Finalização: 19/11/2025 13:53:45

MD5: 5ABC9326859C0FC6DF3B09FBF45321C3

SHA256: 44E5E6A426260B1FD56CC797623096B973C11716EE6D57AC84E31205DE6FCE8F

Súmula/Objeto:
Solicitação de publicação das Atas 20 - 19 - 18 - 17 .

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA - JI-PARANA RO 19/11/2025 13:53:35

ASSUNTOS

AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO 19/11/2025 13:53:35

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Ofício 453 19/11/2025 2205198

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2205217 e o CRC AABD0241.



D: 2205217 e CRC: AABD0241



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE JI-PARANÁ - RO
Lei Municipal 311/90, alterada pela Lei 2472/13

LISTA DE PRESEÇA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, REALIZADA DIA 05/11/2025 - 8h - CASA DOS CONSELHOS			
	NOME	REPRESENTATIVIDADE	ASSINATURA
1.	Osvaldo Cazuza	SEMED	
2.	Marcelene Patrícia Ribeiro de Assis	GAAJIPA	
3.	Roseclary Aparecida Pereira S.	Criche Grilo	
4.	Angelita Aparecida Pereira	ASSDP	
5.	Yara L. L. Santos	IAA.F.S	
6.	Franci Torres e Silva	IAA.F.S	
7.	Maurice Carlos Graup	CEDB	
8.	José Antônio de Lima	CEDB	
9.	Francisco Marcos dos Santos	IPER	
10.	Glória Maria Paula da Silva	Fundação Ficus	
11.	Glória Maria Paula da Silva	Fundação Ficus	
12.	Glória Maria Paula da Silva	Fundação Ficus	
13.	Glória Maria Paula da Silva	Fundação Ficus	
14.	Glória Maria Paula da Silva	Fundação Ficus	
15.	Glória Maria Paula da Silva	Fundação Ficus	
16.	Glória Maria Paula da Silva	Fundação Ficus	
17.	Glória Maria Paula da Silva	Fundação Ficus	
18.	Glória Maria Paula da Silva	Fundação Ficus	
19.	Glória Maria Paula da Silva	Fundação Ficus	
20.	Glória Maria Paula da Silva	Fundação Ficus	
21.	Glória Maria Paula da Silva	Fundação Ficus	
22.	Glória Maria Paula da Silva	Fundação Ficus	
23.	Glória Maria Paula da Silva	Fundação Ficus	
24.	Glória Maria Paula da Silva	Fundação Ficus	
25.	Glória Maria Paula da Silva	Fundação Ficus	
26.	Glória Maria Paula da Silva	Fundação Ficus	
27.	Glória Maria Paula da Silva	Fundação Ficus	
28.	Glória Maria Paula da Silva	Fundação Ficus	
29.	Glória Maria Paula da Silva	Fundação Ficus	
30.	Glória Maria Paula da Silva	Fundação Ficus	
31.	Glória Maria Paula da Silva	Fundação Ficus	
32.	Glória Maria Paula da Silva	Fundação Ficus	
33.	Glória Maria Paula da Silva	Fundação Ficus	
34.	Glória Maria Paula da Silva	Fundação Ficus	
35.	Glória Maria Paula da Silva	Fundação Ficus	
36.	Glória Maria Paula da Silva	Fundação Ficus	
37.	Glória Maria Paula da Silva	Fundação Ficus	
38.	Glória Maria Paula da Silva	Fundação Ficus	



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela Lei 2472/13.

ATA Nº 20 DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE JI-PARANÁ/RO. Aos quatorze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, às 10h através do aplicativo Google Meet, com o link < <https://meet.google.com/wcr-gsny-vpr>>, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, na presença dos Conselheiros: Ana Paula da Silva Albuquerque (SEMED); Francisco Marcos Gomes da Páscoa (IPER); Cristiana de Oliveira (SEMAF - membro suplente); Maurélia Dyane dos Santos Carvalho (APAE – membro suplente); Renata Tabarelli Kobayashi Colombo (Cantinho do Céu – membro suplente); Maria José da Silva (APAE); Sirlene Muniz Ferreira e Cândido (SEMAF); Matheus Cristian de Souza (Casa de Nazaré – membro suplente); Angelita Aparecida Pereira (Grilo Falante) e Osvaldo Cazuza da Silva (SEMED). Às 10h11 a Presidente deste Colegiado, Maria José da Silva iniciou os trabalhos informando sobre a extrema necessidade de marcar esta reunião extraordinária e agradeceu a presença de todos os conselheiros participantes. A Conselheira Ana Paula da Silva Albuquerque, apresentou a Pauta para aprovação. Passando para as deliberações. **1. Capacitação destinada aos Conselheiros Tutelares na cidade de Porto Velho:** Foi realizada a leitura do Ofício nº 320/1ºCTJP/2025 onde consta a solicitação de custeio para formação de três (3) Conselheiros Tutelares e um motorista. Formação ofertada pela Associação de Conselheiros e Ex-conselheiros Tutelares de Rondônia - ACTRON, na capital do Estado, Porto Velho, nas datas de 26 a 28 de novembro. Após a leitura, foi esclarecido que o CNPJ registrado deverá ser indicado pela SEMASF. Foi mencionado sobre um débito dos Conselheiros Tutelares junto a ACTRON que precisa ser solucionado e sugerido que o tesoureiro junto com a presidente procurem a SEMASF para levantar o real valor destes débitos e resolver tal situação. Passando para deliberação do colegiado que **aprovou** por unanimidade a utilização dos recursos do Fundo para custear a formação. Ficando a cargo da Secretária da mesa diretora otimizar a publicação da Resolução e os demais trâmites administrativos para encaminhamento junto à SEMASF em tempo hábil. **2. Diagnóstico socioterritorial - Auto-avaliação dos Conselheiros de direito:** Foi apresentada a autoavaliação destinada aos Conselheiros de direito, desenvolvida pela Comissão de Diagnóstico e planejamento visando a renovação do projeto Amigo de Valor do banco Santander e informada a importância da resposta coletiva e o mais fidedigna o possível. Ficou deliberado que será realizada na próxima segunda-feira às 8h, através do aplicativo Google Meet, com os conselheiros de direito, as



D: 2205217 e CRC: AABD0241



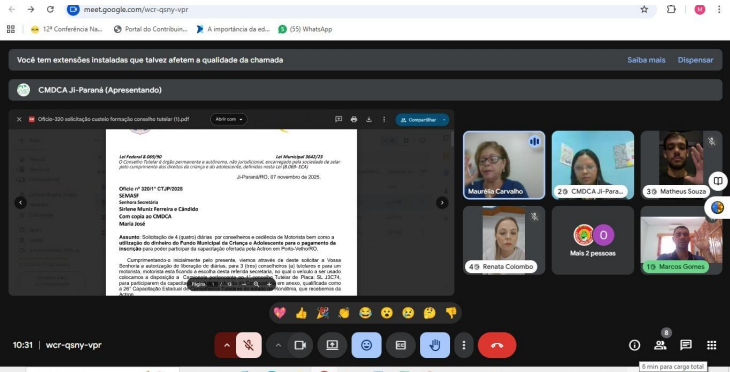
D: 2205220 e CRC: F52ACA16



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela Lei 2472/13.

conselheiras Angelita e Renata se propuseram a participar sendo seguidas por outros conselheiros. **3. Informes:** Foi lido o Ofício nº 321/1º CTJP/2025 encaminhado pelo Conselho Tutelar que trata da falta de telefone para sede dos Conselhos tutelares ficou deliberado que será encaminhado ao Conselho Tutelar as ações já solicitadas pelo CMDCA junto a Secretaria de Assistência Social e Família - SEMASF, reiterando à SEMASF a resolução da situação. O conselheiro Marcos informou que recebeu a resposta da Procuradoria Geral do Município, com um parecer jurídico sobre a Resolução dos projetos Governamentais a serem custeados pelos recursos do FUMCRIANÇA e informou que a comissão responsável vai realizar reunião para análise e ações. O conselheiro ainda informou que os integrantes da comissão de Políticas foram ao Ministério Público para uma reunião sobre o Fluxo da entrega voluntária. Ficou deliberado que dia 26 de novembro às 9h terá outra reunião extraordinária para aprovação do fluxo de entrega voluntária e aprovação do diagnóstico socioterritorial. Sem nada mais a tratar, a reunião foi encerrada às 11h03 e esta Ata foi lavrada por mim, Ana Paula da Silva Albuquerque, 1º Secretária deste Colegiado e após ser lida e aprovada pelos participantes que terão sua presença registrada através de imagem de captura (print) da tela.

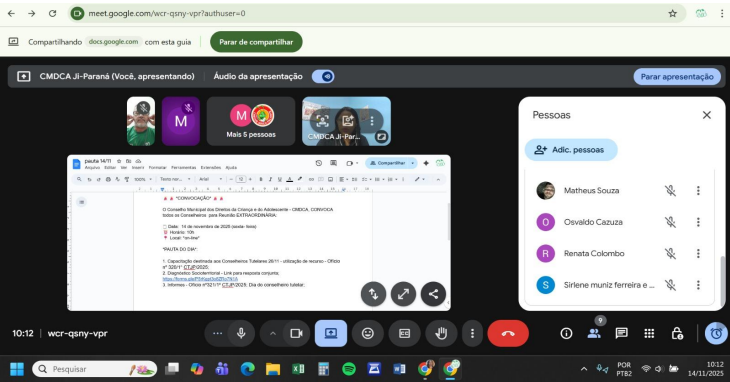
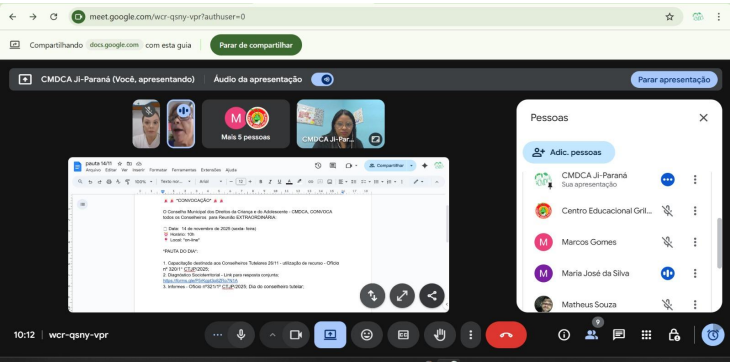


D: 2205220 e CRC: F52ACA16



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela Lei 2472/13.

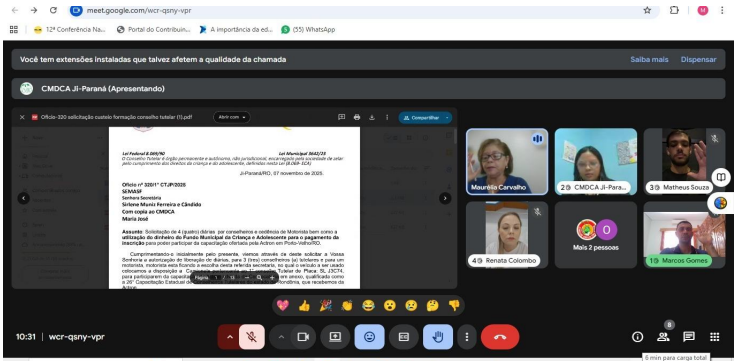


D: 2205220 e CRC: F52ACA16



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela Lei 2472/13.



D: 2205220 e CRC: F52ACA16



Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO			
Tipo do Documento		Identificação/Número	Data
Ata		20	19/11/2025
ID:	2205220	Processo	Documento
CRC:	F52ACA16		
Processo:	0-0/0		
Usuário:	ANA PAULA DA SILVA ALBUQUERQUE		
Criação:	19/11/2025 13:54:12	Finalização:	19/11/2025 13:54:21
MD5:	A57DEF6BDD05D8E6497E943462A2486B		
SHA256:	EBD01CB5D3FC2089FE6709AFAFF38852D5D829828A2908752DFA830E8013DD8E0		
Símula/Objeto:			
Solicitação de publicação das Atas 20 - 19 - 18 - 17 .			
INTERESSADOS			
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -		JI-PARANA	RO 19/11/2025 13:54:12
ASSUNTOS			
AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO			19/11/2025 13:54:12
DOCUMENTOS RELACIONADOS			
Ofício 453		19/11/2025	2205198
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2205220 e o CRC F52ACA16.			

PORTARIAS



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA - SEMASF

PORTARIA 8/RF-ADM-SEMASF/2025, de 18 de novembro de 2025.

Designa as servidoras **MERCIA CAVALCANTE CAMARA NUNES** e **DEISE BRAGA MINATELLI FORTE** para a Gestão e Fiscalização da execução do Termo de Fomento que será celebrado entre o Município de Ji-Paraná e a **APAE**, através do Processo Administrativo Eletrônico nº 1-14795/2025.

A Secretária Municipal de Assistência Social e Família, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 41, parágrafo único, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná, bem como os artigos 39 e 40 da Lei Municipal nº 3.487/2022 e o Decreto Municipal nº 0035/2025;

CONSIDERANDO o Edital de Chamamento Público nº 001/CMDCA/2025, publicado pela Resolução nº 283/Casa dos Conselhos/CMDCA/2025, a Resolução nº 317/Casa dos Conselhos/CMDCA/2025, que dispõe sobre a publicação do resultado final da classificação geral dos projetos inscritos, e a Resolução nº 318/Casa dos Conselhos/CMDCA/2025, que homologa o resultado definitivo da etapa de seleção dos projetos.

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco;

CONSIDERANDO a necessidade de designação de Gestor e Fiscal, conforme previsto no inciso VI do artigo 2º da referida Lei Federal nº 13.019/2014;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 7.689/2017, que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 13.019/2014 no âmbito do Município de Ji-Paraná, estabelecendo normas e procedimentos para as parcerias firmadas com Organizações da Sociedade Civil;

CONSIDERANDO o Termo de Fomento que será celebrando entre o Município de Ji-Paraná e a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE**, inscrito no CNPJ sob o nº 05.881.925/0001-02, por meio do **Processo Administrativo Eletrônico nº 1-14795/2025**;

RESOLVE:


- Art. 1º** - Nomear como **GESTORA**, a servidora: **MERCIA CAVALCANTE CAMARA NUNES**
Cargo: Assistente Social; Matrícula: 11.841; CPF: 878.509.314-91;
- Art. 2º** - Nomear como **FISCAL**, a servidora: **DEISE BRAGA MINATELLI FORTE**
Cargo: Coordenadora de Programas, Projetos e Serviços; Matrícula: 12.608; CPF: 351.698.852-53
- Art. 3º** As atividades decorrentes desta Portaria serão desenvolvidas **sem ônus adicional** para o Município de Ji-Paraná/RO e deverão observar as disposições da **Lei Federal nº 13.019/2014** e do **Decreto Municipal nº 7.689/2017**.
- Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

assinado eletronicamente
Sirlene Muniz Ferreira e Cândido
Secretária Municipal de Assistência Social e da Família
Decreto nº 0035/GAB/PMJP/2025

Elaborado por MOQ

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

 Documento assinado eletronicamente por **SIRLENE MUNIZ FERREIRA E CANDIDO**, SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA, em 19/11/2025 às 11:03, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

 A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2199649** e o código verificador **6B12354C**.

Referência: [Processo nº 1-14795/2025](#).

Docto ID: 2199649 v1



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA - SEMASF

PORTARIA 9/RF-ADM-SEMASF/2025, de 21 de novembro de 2025.

Designa as servidoras **MARIANA SPINELLI LIMA COLETO** e **YOLANDA FLORES ACERBI** para a Gestão e Fiscalização da execução do Termo de Fomento que será celebrado entre o Município de Ji-Paraná e a **ENTIDADE DE OBRAS SOCIAIS DA PAROQUIA SÃO JOSÉ**, através do Processo Administrativo Eletrônico nº 1-14920/2025.

A Secretária Municipal de Assistência Social e Família, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 41, parágrafo único, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná, bem como os artigos 39 e 40 da Lei Municipal nº 3.487/2022 e o Decreto Municipal nº 0035/2025;

CONSIDERANDO o Edital de Chamamento Público nº 001/CMDCA/2025, publicado pela Resolução nº 283/Casa dos Conselhos/CMDCA/2025, a Resolução nº 317/Casa dos Conselhos/CMDCA/2025, que dispõe sobre a publicação do resultado final da classificação geral dos projetos inscritos, e a Resolução nº 318/Casa dos Conselhos/CMDCA/2025, que homologa o resultado definitivo da etapa de seleção dos projetos.

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco;

CONSIDERANDO a necessidade de designação de Gestor e Fiscal, conforme previsto no inciso VI do artigo 2º da referida Lei Federal nº 13.019/2014;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 7.689/2017, que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 13.019/2014 no âmbito do Município de Ji-Paraná, estabelecendo normas e procedimentos para as parcerias firmadas com Organizações da Sociedade Civil;

CONSIDERANDO o Termo de Fomento que será celebrando entre o Município de Ji-Paraná e a **Entidade de Obras Sociais da Paroquia São José**, inscrito no CNPJ sob o nº 22.821.474/0001-37, por meio do **Processo Administrativo Eletrônico nº 1-14920/2025**;


RESOLVE:


- Art. 1º** - Nomear como **GESTORA**, a servidora: **MARIANA SPINELLI LIMA COLETO**
Cargo: Psicóloga; Matrícula: 13.188; CPF: 054.040.184-61;
- Art. 2º** - Nomear como **FISCAL**, a servidora: **YOLANDA FLORES ACERBI**
Cargo: Assistente Social; Matrícula: 13.127; CPF: 096.646.607-10;
- Art. 3º** As atividades decorrentes desta Portaria serão desenvolvidas **sem ônus adicional** para o Município de Ji-Paraná/RO e deverão observar as disposições da **Lei Federal nº 13.019/2014** e do **Decreto Municipal nº 7.689/2017**.
- Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

assinado eletronicamente
Sirlene Muniz Ferreira e Cândido
Secretária Municipal de Assistência Social e da Família
Decreto nº 0035/GAB/PMJP/2025

Elaborado por MOQ

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

 Documento assinado eletronicamente por **SIRLENE MUNIZ FERREIRA E CANDIDO**, SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA, em 21/11/2025 às 10:36, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

 A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2207641** e o código verificador **BE0F1759**.

Referência: [Processo nº 1-14920/2025](#).

Docto ID: 2207641 v1



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA - SEMASF

PORTARIA 10/RF-ADM-SEMASF/2025, de 21 de novembro de 2025.

Designa as servidoras **VANUSA FERNANDES DE FRANÇA PINHEIRO** e **ANA ALICE SOARES DE OLIVEIRA** para a Gestão e Fiscalização da execução do Termo de Fomento que será celebrado entre o Município de Ji-Paraná e a **ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA ORQUESTRA**, através do Processo Administrativo Eletrônico nº 1-14941/2025.

A Secretária Municipal de Assistência Social e Família, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 41, parágrafo único, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná, bem como os artigos 39 e 40 da Lei Municipal nº 3.487/2022 e o Decreto Municipal nº 0035/2025;

CONSIDERANDO o Edital de Chamamento Público nº 001/CMDCA/2025, publicado pela Resolução nº 283/Casa dos Conselhos/CMDCA/2025, a Resolução nº 317/Casa dos Conselhos/CMDCA/2025, que dispõe sobre a publicação do resultado final da classificação geral dos projetos inscritos, e a Resolução nº 318/Casa dos Conselhos/CMDCA/2025, que homologa o resultado definitivo da etapa de seleção dos projetos.

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco;

CONSIDERANDO a necessidade de designação de Gestor e Fiscal, conforme previsto no inciso VI do artigo 2º da referida Lei Federal nº 13.019/2014;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 7.689/2017, que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 13.019/2014 no âmbito do Município de Ji-Paraná, estabelecendo normas e procedimentos para as parcerias firmadas com Organizações da Sociedade Civil;

CONSIDERANDO o Termo de Fomento que será celebrando entre o Município de Ji-Paraná e a **ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA ORQUESTRA**, inscrito no CNPJ sob o nº 06.046.209/0001-72, por meio do **Processo Administrativo Eletrônico nº 1-14941/2025**;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como **GESTORA**, a servidora: **VANUSA FERNANDES DE FRANÇA PINHEIRO**
Cargo: Gerente Especial de Políticas Públicas; Matrícula: 13.091; CPF: 770.163.862-87;

Art. 2º - Nomear como **FISCAL**, a servidora: **ANA ALICE SOARES DE OLIVEIRA**
Cargo: Coordenadora Especial da Instituição de Acolhimento Adélia Francisca Santana; Matrícula: 13.790; CPF: 435.400.072-53;

Art. 3º As atividades decorrentes desta Portaria serão desenvolvidas **sem ônus adicional** para o Município de Ji-Paraná/RO e deverão observar as disposições da **Lei Federal nº 13.019/2014** e do **Decreto Municipal nº 7.689/2017**.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

assinado eletronicamente
Sirlene Muniz Ferreira e Cândido
Secretária Municipal de Assistência Social e da Família
Decreto nº 0035/GAB/PMJP/2025

Elaborado por MOQ

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **SIRLENE MUNIZ FERREIRA E CANDIDO**, SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA, em 21/11/2025 às 12:36, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do **Decreto nº 435 de 27/02/2023**.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2208900** e o código verificador **228195A0**.

Referência: [Processo nº 1-14941/2025](#).

Docto ID: 2208900 v1

Portaria nº 062/GAB/FCJP/2025

Designa Comissão de recebimento para proceder à conferência e certificação dos serviços prestados conforme Contrato de Compromisso n. 112/FUND.CULTURAL/PMJP/2025, do Processo Administrativo nº 1-11031/2025, que entre si celebram a Fundação Cultural de Ji-paraná e a empresa SUMMER PRODUÇÕES LTDA, cnpj 55.779.207/0001-06.

A Presidente da Fundação Cultural do Município de Ji-Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu artigo 41, Parágrafo único, inciso II, c/c os arts. 12 e 13 da Lei Municipal nº 3487/2022, e; Considerando a Lei Federal nº 14.133/21 c/c a Instrução Normativa nº 04/CGM/PMJP/2024;

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir Comissão de Recebimento para proceder à conferência e certificação dos serviços prestados do objeto contratado no contrato nº 112/FUND.CULTURAL/PMJP/2025, sob a presidência do primeiro, da Fundação Cultural de Ji-Paraná, passando a ser composta pelos servidores, conforme descrição abaixo:

ORD.	NOME	MAT.	DECRETO	CARGO
1º	Aglaene Medeiros Vieira Seffrin	2301	Efetivo	Agente Administrativo
2º	Nathalia Coldebella das Neves	0172	2620	Diretora da Divisão da casa do Artesão
3º	Cyntia Pergentino Lacerda da Silva	0176	2623	Assessora Especial
4º	Josiany Correia Tonette Lemos	0177	2733	Diretora da Divisão de Produção Literária

Art. 2º Os servidores nomeados no artigo 1º, ao fiscalizar a entrega do objeto firmado no contrato nº 112/FUND.CULTURAL/PMJP/2025 deve observar os preceitos legais, em especial o contido na Lei Federal nº 14.133/ 21 e Instrução Normativa nº 04/CGM/PGM/2024.

Art. 3º Os membros da comissão de recebimento do contrato nomeados no art. 1º competem as seguintes atribuições e responsabilidades:

I Conferir, verificar, avaliar e certificar se o entregue confere com o descrito no documento fiscal;

II - Conferir, verificar, avaliar e certificar se está de acordo com os termos do contrato em termos quantitativos, qualitativos, marcas, volume, registros em estoque, evidenciando tais apontamentos no relatório de forma clara e objetiva.

III - Conferir, verificar, avaliar e certificar se o documento fiscal emitido pelo credor foi certificado de forma clara e objetiva, com identificação clara das pessoas, evidenciando tais apontamentos no relatório de forma clara e objetiva;

IV - Elaborar relatório (termo de recebimento), em conformidade com o modelo anexo da IN 04/CGM/PMJP/2024, evidenciando de forma clara e objetiva se o em conformidade com o estabelecido em contrato, observar o relatório do fiscal do contrato, indicar tratar-se de recebimento provisório ou definitivo na conformidade com as regras contratuais.

Parágrafo único. O presidente da comissão compete organizar e distribuir os trabalhos da comissão entre os membros, bem como promover adequada transparência e gestão da comissão, de modo que o resultado dos trabalhos sejam evidenciados em relatório e no termo de recebimento.

Art. 4º Os servidores nomeados membros da comissão de recebimento respondem por ação ou omissão de que causar prejuízo ao erário.

Art. 5º As atividades exercidas pelo servidor nomeado no art. 1º são de elevada relevância e sem remuneração.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Ji-Paraná/RO, data da assinatura.

Cumpra-se,
Publique-se.

(Assinado eletronicamente)
Keila Barbosa da Silva
Presidente
Decreto n.0041/2025

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **KEILA BARBOSA DA SILVA**, PRESIDENTE FUNDAÇÃO CULTURAL, em 17/11/2025 às 09:23, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do **Decreto nº 435 de 27/02/2023**.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2195521** e o código verificador **9366A055**.

Anexos			
Seq.	Documento	Data	ID
1	Comprovante de Publicação (Portal) 2511170022	17/11/2025	2196506
Documentos Relacionados			
Seq.	Documento	Data	ID
1	Ofício 398	17/11/2025	2195945
2	Ofício 412	20/11/2025	2205980

Referência: [Processo nº 1-11031/2025](#).

Docto ID: 2195521 v1



Portaria nº 063/PMJP/GAB/FCJP/2025

Nomeia Gestor para o acompanhamento e fiscalização do contrato nº 112/FUND.CULTURAL/PMJP/205 do Processo Administrativo 1- 1031/2025, que entre si celebram a Fundação Cultural de Ji-Paraná e a empresa SUMMER PRODUÇÕES LTDA, cnpj: 55.779.207/0001-06

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL, no uso das suas atribuições legais, conforme prevê a lei municipal n. 3487 de 23 de fevereiro 2022.

Considerando a necessidade de dar prosseguimento aos trâmites do Processo Administrativo [1-11031/2025](#);

Considerando o artigo 119 da Lei Federal n. 14.133/2025 e a [Instrução Normativa 04/2024 de 23/07/2024 \(ID 1064860\)](#)

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o servidor abaixo:

Gustavo Athayde Nascimento, matrícula nº 0168, ocupante do cargo em comissão de Assessor Administrativo para exercer as funções de Gestor do contrato.

Contrato esse nº. 112/FUND.CULTURAL/PMJP/205 tendo como objeto prestação de serviços artísticos da banda Fraternidade João Paulo II, com duração aproximada de 1h30min, para compor a programação oficial das comemorações do 48º aniversário de emancipação política do município de Ji-Paraná, no espaço Beira Rio Cultural., empresa Summer Produções LTDA, inscrita sob o CNPJ N. 55.779.207/0001-06, conforme Processo Administrativo [1-11031/2025](#).

Art. 2º O servidor nomeado no Art. 1º atuara como Gestor e será responsável por administrar e supervisionar todo ciclo de vida dos documentos contratuais, conforme Instrução Normativa 04/2024 de 23/07/2024 [\(ID 1064860\)](#).

Art. 3º Dentre outras, contando com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de Controle Interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto nesta Lei, é de responsabilidade do gestor do contrato:

- I - Dar publicidade e fazer constar no processo administrativo respectivo o termo de início e encerramento da execução do contrato;
- II - Promover o acompanhamento e gestão de prazos, alertando tempestivamente à Alta Administração, para abertura de nova contratação ou renovação;
- III - Promover reuniões com a contratada de modo a esclarecer o objeto contratual e apresentar, formalmente, o fiscal, a comissão de recebimento, bem como requerer indicação formal de pessoal representante da contratada;
- IV - Exigir o cumprimento do contrato, buscando qualidade, economia e minimização de riscos;
- V - Acompanhar o saldo orçamentário vinculado ao contrato, adotando providências para ajustes necessários em empenhos e sistemas de informação;
- VI - Adotar providências junto à Alta Administração e PGM quanto à pedidos de reajustes ou reequilíbrio de preços;
- VII - Acompanhar a execução do objeto e tomar providências para aditivos, penalizações e rescisões;
- VIII - Adotar providências junto à Alta Administração e PGM quanto à mudança no contrato, tais como prazos, condições, adicionais de serviços, etc.;
- IX - Fixar em ato próprio, com a devida publicidade no DOM e portal da transparência, regras e condições da periodicidade de apresentação de documento fiscal para fins de pagamento (data de emissão de NF@, certidões, relatórios e pareceres, etc.), bem como da manifestação da comissão de recebimento ou servidor e fiscal;
- X Elaborar e fazer constar no processo administrativo, antes do pagamento à contratada, relatório conclusivo quanto ao pedido de pagamento, conforme modelo I anexo IN n. 004/CGM/PM/JP.;
- XI - Fazer constar no processo administrativo, antes do pagamento à contratada, relatório conclusivo do fiscal quanto ao pedido de pagamento, conforme modelo II anexo N n. 002/CGM/PM/JP.;
- XII - Fazer constar no processo administrativo, antes do pagamento à contratada, relatório conclusivo da comissão de recebimento quanto ao pedido de pagamento, conforme modelo III anexo IN n. 002/CGM/PM/JP.;
- XIII - Promover a publicidade dos atos do contrato coligidos nos autos do processo;
- XIV - Propor medidas de controles internos para mitigar riscos de fraudes, desvios, erros relevantes ou execução inadequada do objeto contratado;
- XV - Comunicar formalmente à Alta Administração e aos órgãos de controle, especialmente à CGM, sob a constatação de quaisquer indícios de fraudes, desvios, erros relevantes ou medidas de fragilidades que possam levar a tais ocorrências, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal, conforme o caso;
- XVI - Fazer constar nos autos do processo, antes do pagamento requerido pela contratada, checklist exigido em Decreto Municipal devidamente preenchido indicando estar adequado quanto à liquidação da despesa;
- XVII - Elaborar, quando exigido pela Alta Administração, minuta de edital de nova contratação, observando os termos da legislação e estudo preliminar.
- XVIII Deliberar, em conjunto com o fiscal do contrato, pelas ocorrências e notificação à contratada não atendidas, dando publicidade de suas ações, bem como levando ao conhecimento dos responsáveis por possíveis responsabilização, se for o caso;
- XIX - Comunicar à comissão de recebimento sobre as deliberações conjunta (gestor e fiscal) das notificações à contratada, fazendo coligar nos autos do processo com a respectiva publicidade.

Art. 4º As atividades serão desenvolvidas sem ônus para o Município de Ji-Paraná/RO.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na sua publicação

Ji-Paraná/RO, data da assinatura.

Cumpra-se,
Publique-se.

Keila Barbosa da Silva
Presidente

Decreto n.0041/2025

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

SIMPLES
ASSINATURA
ELETRÔNICA
ESTADO DE RONDÔNIA

Documento assinado eletronicamente por **KEILA BARBOSA DA SILVA, PRESIDENTE FUNDAÇÃO CULTURAL**, em 17/11/2025 às 09:42, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](#), informando o ID **2195660** e o código verificador **846607AD**.

Anexos			
Seq.	Documento	Data	ID
1	Comprovante de Publicação (Portal) 2511170020	17/11/2025	2196201
Documentos Relacionados			
Seq.	Documento	Data	ID
1	Ofício 398	17/11/2025	2195945
2	Ofício 412	20/11/2025	2205980

Referência: [Processo nº 1-11031/2025](#) DocId: 2195660 v1

ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

Portaria nº 064/PMJP/GAB/FCJP/2025

Nomeia Gestor para o acompanhamento e fiscalização do contrato nº 112/FUND.CULTURAL/PMJP/205 do Processo Administrativo [1-11031/2025](#), que entre si celebram a Fundação Cultural de Ji-Paraná e a empresa SUMMER PRODUÇÕES LTDA, cnpj: 55.779.207/0001-06

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL, no uso das suas atribuições legais que lhe confere a **Lei Orgânica do Município em seu artigo 41, Parágrafo único, da Lei Municipal nº 3487/2022**, e através do Decreto Nº 0041 de 06 de janeiro de 2025.

Considerando a necessidade de dar prosseguimento aos trâmites do Processo Administrativo [1-11031/2025](#)

Considerando o artigo 119 da Lei Federal n. 14.133/2025 e a [Instrução Normativa 04/2024 de 23/07/2024 \(ID 1064860\)](#)

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora abaixo:

Yasmim Mauriele Oliveira Gradini, matrícula nº 0157, ocupante do cargo em comissão de Assessora Especial para exercer as funções de Fiscal do contrato.

Contrato esse nº. 112/FUND.CULTURAL/PMJP/205 tendo como objeto prestação de serviços artísticos da banda Fraternidade João Paulo II, com duração aproximada de 1h30min, para compor a programação oficial das comemorações do 48º aniversário de emancipação política do município de Ji-Paraná, no espaço Beira Rio Cultural., empresa Summer Produções LTDA, inscrita sob o CNPJ N. 55.779.207/0001-06, conforme Processo Administrativo [1-11031/2025](#).

Art. 2º A servidora nomeada no Art. 1º atuara como Fiscal e será responsável por administrar e fiscalizar todo ciclo de vida dos documentos contratuais, conforme [Instrução Normativa 04/2024 de 23/07/2024 \(ID 1064860\)](#)

Art. 3º Dentre outras, contando com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de Controle Interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto nesta Lei, é de responsabilidade do gestor do contrato:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

II - Notificar a contratada, quando no decorrer do processo fiscalizatório constatar irregularidade ou para sanar dúvida, fixando prazo para solução;

III - Comunicar o gestor do contrato de notificações à contratada, de forma detalhada, indicando haver sanado as ocorrências ou não;

IV - Manter diálogo constante com o responsável representante da contratada sobre a execução do objeto contratado;

V - Deliberar pelo parcial ou não atendimento de notificações à contratada, dando publicidade de suas ações, bem como levando ao conhecimento da Alta Administração, Gestor do Contrato e representantes da contratada por possíveis responsabilização, se for o caso;

VI - Exigir o cumprimento do contrato, buscando qualidade, economia e minimização de riscos;

VII - Fiscalizar a publicidade e transparência dos atos do contrato e sua execução;

VIII - Auxiliar o gestor na elaboração de minuta de edital de nova contratação, observando os termos da legislação, caso necessário;

IX - Propor ao gestor do contrato modelo de checklist específico a constar preenchido no processo administrativo, pela comissão de recebimento, quando da análise e avaliação do conjunto probatório para fins de pagamento.

X - Preencher checklist;

XI - Elaborar e assinar eletronicamente, e fazer constar no processo administrativo, antes do pagamento à contratada, relatório da fiscalização em conformidade com os modelos do anexo II.

XII - Analisar, verificar e fiscalizar os registros dos atos do contrato em sistemas de informações, especialmente quanto aos registros em estoque/almoxarifado ou patrimônio, fazendo constar no feito administrativo relatórios devidamente assinados.

XIII - Quando o objeto do contrato se referir a bens ou produtos/mercadorias deve constar no relatório da fiscalização evidência de controles adequados quanto à guarda e utilização nos termos do Decreto nº 13208/GAB/PM/IP/2020, anexar ao relatório de fiscalização tais evidências por meio de fotos e relatórios devidamente assinados e lastreados nos registros contábeis.

XIV - Quando o objeto do contrato tratar-se de aquisição de bens ou produtos/mercadorias, e for constatado pelo fiscal ausência de registro nos sistemas de patrimônio ou estoque/almoxarifado ou ainda a documentação suporte estiver em desconformidade com o Decreto nº 13208/GAB/PM/IP/2020, o fiscal deverá encaminhar expediente a Alta Administração, com cópia para o Gestor do Contrato, evidenciando tais fatos de forma clara e objetiva nas ocorrências do relatório de fiscalização.

XV - Notificado pelo fiscal nos termos do inciso anterior (inciso XIV), cabe a Alta Administração determinar providências imediatas indicando responsáveis e prazos para sanar tais impropriedades, de modo que tais fatos são impeditivos quanto ao regular pagamento.

XVI - Sanado tais impropriedades pela Alta Administração (nos termos dos incisos XIV e XV) o fiscal do contrato fará nova fiscalização, e estando em conformidade fará constar nas ocorrências do relatório de fiscalização e dará seguimento quanto ao pagamento.

XVII - Fiscalizar procedimentos apontados pela comissão de recebimento ou pelo gestor como inadequados, ou ainda a pedido pela Alta Administração, CGM ou outras autoridades.

Art. 4º As atividades serão desenvolvidas sem ônus para o Município de Ji-Paraná/RO.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na sua publicação

Ji-Paraná/RO, data da assinatura.

Cumpra-se,
Publique-se.

(assinado eletronicamente)
Keila Barbosa da Silva
Presidente
Decreto n.0041/2025

SIMPLES

ASSINATURA

ELETRÔNICA

LEIA E ASSINE

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149

Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

Documento assinado eletronicamente por **KEILA BARBOSA DA SILVA, PRESIDENTE**

FUNDAÇÃO CULTURAL, em 17/11/2025 às 09:42, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2195812** e o código verificador **EA7D8426**.

Seq.	Documento	Anexos	Data	ID
1	Comprovante de Publicação (Portal)	2511170017	17/11/2025	2195923

Seq.	Documento	Data	ID
1	Ofício 398	17/11/2025	2195945
2	Ofício 412	20/11/2025	2205980

Referência: [Processo nº 1-11031/2025](#). Docto ID: 2195812 v1

Cumpra-se,
Publique-se.

(Assinado eletronicamente)
Keila Barbosa da Silva
Presidente
Decreto n.0041/2025

SIMPLES

ASSINATURA

ELETRÔNICA

LEIA E ASSINE

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149

Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

Documento assinado eletronicamente por **KEILA BARBOSA DA SILVA, PRESIDENTE**

FUNDAÇÃO CULTURAL, em 18/11/2025 às 14:03, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2200577** e o código verificador **6864C26C**.

Seq.	Documento	Anexos	Data	ID
1	Comprovante de Publicação (Portal)	2511200002	20/11/2025	2206197

Seq.	Documento	Data	ID
1	Ofício 412	20/11/2025	2205980

Referência: [Processo nº 1-12941/2025](#). Docto ID: 2200577 v1

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

Portaria nº 065/GAB/FCJP/2025

Designa Comissão de recebimento para proceder à conferência e certificação dos serviços prestados conforme Contrato de Compromisso n. 116/FUND.CULTURAL/PMJP/2025, do Processo Administrativo nº 1-12941/2025, que entre si celebram a Fundação Cultural de Ji-paraná e a empresa JADS E JADSON PRODUÇÕES ARTISTICAS, cnpj 15.641.222/0001-60

A **Presidente da Fundação Cultural** do Município de Ji-Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu artigo 41, Parágrafo único, inciso II, c/c os arts. 12 e 13 da Lei Municipal nº 3487/2022, e; Considerando a Lei Federal nº 14.133/21 c/c a Instrução Normativa nº 04/CGM/PMJP/2024;

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir Comissão de Recebimento para proceder à conferência e certificação dos serviços prestados do objeto contratado no contrato nº 116/FUND.CULTURAL/PMJP/2025, sob a presidência do primeiro, da Fundação Cultural de Ji-Paraná, passando a ser composta pelos servidores, conforme descrição abaixo:

ORD.	NOME	MAT.	DECRETO	CARGO
1º	Aglaene Medeiros Vieira Sefrin	2301	Efetivo	Agente Administrativo
2º	Nathalia Coldebella das Neves	0172	2620	Diretora da Divisão da casa do Artesão
3º	Cyntia Pergentino Lacerda da Silva	0176	2623	Assessora Especial
4º	Josiany Correia Tonette Lemos	0177	2733	Diretora da Divisão de Produção Literária

Art. 2º Os servidores nomeados no artigo 1º, ao fiscalizar a entrega do objeto firmado no contrato nº 116/FUND.CULTURAL/PMJP/2025 deve observar os preceitos legais, em especial o contido na Lei Federal nº 14.133/21 e Instrução Normativa nº 04/CGM/PGM/2024.

Art. 3º Os membros da comissão de recebimento do contrato nomeados no art. 1º competem as seguintes atribuições e responsabilidades:

I Conferir, verificar, avaliar e certificar se o entregue confere com o descrito no documento fiscal;

II - Conferir, verificar, avaliar e certificar se está de acordo com os termos do contrato em termos quantitativos, qualitativos, marcas, volume, registros em estoque, evidenciando tais apontamentos no relatório de forma clara e objetiva.

III - Conferir, verificar, avaliar e certificar se o documento fiscal emitido pelo credor foi certificado de forma clara e objetiva, com identificação clara das pessoas, evidenciando tais apontamentos no relatório de forma clara e objetiva;

IV - Elaborar relatório (termo de recebimento), em conformidade com o modelo anexo da IN 04/CGM/PMJP/2024, evidenciando de forma clara e objetiva se o em conformidade com o estabelecido em contrato, observar o relatório do fiscal do contrato, indicar tratar-se de recebimento provisório ou definitivo na conformidade com as regras contratuais.

Parágrafo único. O presidente da comissão compete organizar e distribuir os trabalhos da comissão entre os membros, bem como promover adequada transparência e gestão da comissão, de modo que o resultado dos trabalhos sejam evidenciados em relatório e no termo de recebimento.

Art. 4º Os servidores nomeados membros da comissão de recebimento respondem por ação ou omissão de que causar prejuízo ao erário.

Art. 5º As atividades exercidas pelo servidor nomeado no art. 1º são de elevada relevância e sem remuneração.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Ji-Paraná/RO, data da assinatura.

Portaria nº 066/PMJP/GAB/FCJP/2025

Nomeia Gestor para o acompanhamento e fiscalização do contrato nº 116/FUND.CULTURAL/PMJP/2025, do Processo Administrativo nº 1-12941/2025, que entre si celebram a Fundação Cultural de Ji-paraná e a empresa JADS E JADSON PRODUÇÕES ARTISTICAS, cnpj 15.641.222/0001-60

O **PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL**, no uso das suas atribuições legais, conforme prevê a lei municipal n. 3487 de 23 de fevereiro 2022.

Considerando a necessidade de dar prosseguimento aos trâmites do Processo Administrativo 1-12941/2025;

Considerando o artigo 119 da Lei Federal n. 14.133/2025 e a [Instrução Normativa 04/2024 de 23/07/2024 \(ID 1064860\)](#)

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o servidor abaixo:

Gustavo Athayde Nascimento, matrícula nº 0168, ocupante do cargo em comissão de Assessor Administrativo para exercer as funções de Gestor do contrato.

Contrato esse nº. 116/FUND.CULTURAL/PMJP/205 tendo como objeto prestação de serviços artísticos da dupla Jads e Jadson, com duração aproximada de 1h30min, para compor a programação oficial das comemorações do 48º aniversário de emancipação política do município de Ji-Paraná, no espaço Beira Rio Cultural, empresa Jads e Jadson Produções Artísticas LTDA, inscrita sob o CNPJ N. 15.641.222/0001-60, conforme Processo Administrativo 1-12941/2025.

Art. 2º O servidor nomeado no Art. 1º atua como Gestor e será responsável por administrar e supervisionar todo ciclo de vida dos documentos contratuais, conforme [Instrução Normativa 04/2024 de 23/07/2024 \(ID 1064860\)](#).

Art. 3º Dentre outras, contando com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de Controle Interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto nesta Lei, é de responsabilidade do gestor do contrato:

I - Dar publicidade e fazer constar no processo administrativo respectivo o termo de início e encerramento da execução do contrato;

II - Promover o acompanhamento e gestão de prazos, alertando tempestivamente à Alta Administração, para abertura de nova contratação ou renovação;

III - Promover reuniões com a contratada de modo a esclarecer o objeto contratual e apresentar, formalmente, o fiscal, a comissão de recebimento, bem como requerer indicação formal de pessoal representante da contratada;

IV - Exigir o cumprimento do contrato, buscando qualidade, economia e minimização de riscos;

V - Acompanhar o saldo orçamento vinculado ao contrato, adotando providências para ajustes necessários em empenhos e sistemas de informação;

VI - Adotar providências junto à Alta Administração e PGM quanto à pedidos de reajustes ou reequilíbrio de preços;

VII - Acompanhar a execução do objeto e tomar providências para aditivos, penalizações e rescisões;

VIII - Adotar providências junto à Alta Administração e PGM quanto à mudança no contrato, tais como prazos, condições, adicionais de serviços, etc.;

IX - Fixar em ato próprio, com a devida publicidade no DOM e portal da transparência, regras e condições da periodicidade de apresentação de documento fiscal para fins de pagamento (data de emissão de NF@, certidões, relatórios e pareceres, etc.), bem como da manifestação da comissão de recebimento ou servidor e fiscal;

X Elaborar e fazer constar no processo administrativo, antes do pagamento à contratada, relatório conclusivo quanto ao pedido de pagamento, conforme modelo I anexo IN n. 004/CGM/PM/JP.;

XI - Fazer constar no processo administrativo, antes do pagamento à contratada, relatório conclusivo do fiscal quanto ao pedido de pagamento, conforme modelo II anexo N n. 002/CGM/PM/JP.;

XII - Fazer constar no processo administrativo, antes do pagamento à contratada, relatório conclusivo da comissão de recebimento quanto ao pedido de pagamento, conforme modelo III anexo IN n. 002/CGM/PM/JP.;

XIII - Promover a publicidade dos atos do contrato coligidos nos autos do processo;

XIV - Propor medidas de controles internos para mitigar riscos de fraudes, desvios, erros relevantes ou

execução inadequada do objeto contratado;

XV - Comunicar formalmente à Alta Administração e aos órgãos de controle, especialmente à CGM, sob a constatação de quaisquer indícios de fraudes, desvios, erros relevantes ou medidas de fragilidades que possam levar a tais ocorrências, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal, conforme o caso;

XVI - Fazer constar nos autos do processo, antes do pagamento requerido pela contratada, checklist exigido em Decreto Municipal devidamente preenchido indicando estar adequado quanto à liquidação da despesa;

XVII - Elaborar, quando exigido pela Alta Administração, minuta de edital de nova contratação, observando os termos da legislação e estudo preliminar.

XVIII Deliberar, em conjunto com o fiscal do contrato, pelas ocorrências e notificação à contratada não atendidas, dando publicidade de suas ações, bem como levando ao conhecimento dos responsáveis por possíveis responsabilização, se for o caso;

XIX - Comunicar à comissão de recebimento sobre as deliberações conjunta (gestor e fiscal) das notificações à contratada, fazendo coligir nos autos do processo com a respectiva publicidade.

Art. 4º As atividades serão desenvolvidas sem ônus para o Município de Ji-Paraná/RO.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na sua publicação

Ji-Paraná/RO, data da assinatura.

Cumpra-se,
Publique-se.

Keila Barbosa da Silva
Presidente
Decreto n.0041/2025

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

SIMPLES
ASSINATURA
ELETRÔNICA

LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por KEILA BARBOSA DA SILVA, PRESIDENTE FUNDAÇÃO CULTURAL., em 18/11/2025 às 14:03, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID 2200650 e o código verificador E5659DBB.

Anexos			
Seq.	Documento	Data	ID
1	Comprovante de Publicação (Portal)	20/11/2025	2206198

Documentos Relacionados			
Seq.	Documento	Data	ID
1	Ofício 412	20/11/2025	2205980

Referência: [Processo nº 1-12941/2025](#). Docto ID: 2200650 v1

V - Deliberar pelo parcial ou não atendimento de notificações à contratada, dando publicidade de suas ações, bem como levando ao conhecimento da Alta Administração, Gestor do Contrato e representantes da contratada por possíveis responsabilização, se for o caso;

VI - Exigir o cumprimento do contrato, buscando qualidade, economia e minimização de riscos;

VII - Fiscalizar a publicidade e transparência dos atos do contrato e sua execução;

VIII - Auxiliar o gestor na elaboração de minuta de edital de nova contratação, observando os termos da legislação, caso necessário;

IX - Propor ao gestor do contrato modelo de checklist específico a constar preenchido no processo administrativo, pela comissão de recebimento, quando da análise e avaliação do conjunto probatório para fins de pagamento.

X - Preencher checklist;

XI - Elaborar e assinar eletronicamente, e fazer constar no processo administrativo, antes do pagamento à contratada, relatório da fiscalização em conformidade com os modelos do anexo II.

XII - Analisar, verificar e fiscalizar os registros dos atos do contrato em sistemas de informações, especialmente quanto aos registros em estoque/almoxarifado ou patrimônio, fazendo constar no feito administrativo relatórios devidamente assinados.

XIII - Quando o objeto do contrato se referir a bens ou produtos/mercadorias deve constar no relatório da fiscalização evidência de controles adequados quanto à guarda e utilização nos termos do Decreto nº 13208/GAB/PM/IP/2020, anexar ao relatório de fiscalização tais evidências por meio de fotos e relatórios devidamente assinados e lastreados nos registros contábeis.

XIV - Quando o objeto do contrato tratar-se de aquisição de bens ou produtos/mercadorias, e for constatado pelo fiscal ausência de registro nos sistemas de patrimônio ou estoque/almoxarifado ou ainda a documentação suporte estiver em desconformidade com o Decreto nº 13208/GAB/PM/IP/2020, o fiscal deverá encaminhar expediente a Alta Administração, com cópia para o Gestor do Contrato, evidenciando tais fatos de forma clara e objetiva nas ocorrências do relatório de fiscalização.

XV - Notificado pelo fiscal nos termos do inciso anterior (inciso XIV), cabe a Alta Administração determinar providências imediatas indicando responsáveis e prazos para sanar tais impropriedades, de modo que tais fatos são impeditivos quanto ao regular pagamento.

XVI - Sanado tais impropriedades pela Alta Administração (nos termos dos incisos XIV e XV) o fiscal do contrato fará nova fiscalização, e estando em conformidade fará constar nas ocorrências do relatório de fiscalização e dará seguimento quanto ao pagamento.

XVII - Fiscalizar procedimentos apontados pela comissão de recebimento ou pelo gestor como inadequados, ou ainda a pedido pela Alta Administração, CGM ou outras autoridades.

Art. 4º As atividades serão desenvolvidas sem ônus para o Município de Ji-Paraná/RO.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na sua publicação

Ji-Paraná/RO, data da assinatura.

Cumpra-se,
Publique-se.

(assinado eletronicamente)
Keila Barbosa da Silva
Presidente
Decreto n.0041/2025

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

SIMPLES
ASSINATURA
ELETRÔNICA

LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por KEILA BARBOSA DA SILVA, PRESIDENTE FUNDAÇÃO CULTURAL., em 18/11/2025 às 14:03, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID 2200689 e o código verificador B7E5CBBF.

Anexos			
Seq.	Documento	Data	ID
1	Comprovante de Publicação (Portal)	20/11/2025	2206199

Documentos Relacionados			
Seq.	Documento	Data	ID
1	Ofício 412	20/11/2025	2205980

Referência: [Processo nº 1-12941/2025](#). Docto ID: 2200689 v1

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

Portaria nº 067/PMJP/GAB/FCJP/2025

Nomeia Fiscal para o acompanhamento e fiscalização do contrato 116/FUND.CULTURAL/PMJP/2025, do Processo Administrativo nº 1-12941/2025, que entre si celebram a Fundação Cultural de Ji-paraná e a empresa JADS E JADSON PRODUÇÕES ARTÍSTICAS, cnpj 15.641.222/0001-60

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL, no uso das suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 41, Parágrafo único, da Lei Municipal nº 3487/2022, e através do Decreto Nº 0041 de 06 de janeiro de 2025.

Considerando a necessidade de dar prosseguimento aos trâmites do Processo Administrativo [1-12941/2025](#)

Considerando o artigo 119 da Lei Federal n. 14.133/2025 e a [Instrução Normativa 04/2024 de 23/07/2024 \(ID 1064860\)](#)

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora abaixo:

Yasmim Mauriele Oliveira Gradini, matrícula nº 0157, ocupante do cargo em comissão de Assessora Especial para exercer as funções de Fiscal do contrato.

Contrato esse nº. 116/FUND.CULTURAL/PMJP/205 tendo como objeto prestação de serviços artísticos da dupla Jads e Jadson, com duração aproximada de 1h30min, para compor a programação oficial das comemorações do 48º aniversário de emancipação política do município de Ji-Paraná, no espaço Beira Rio Cultural, empresa Jads e Jadson Produções Artísticas LTDA, inscrita sob o CNPJ N. 15.641.222/0001-60, conforme Processo Administrativo 1-12941/2025.

Art. 2º A servidora nomeada no Art. 1º atuara como Fiscal e será responsável por administrar e fiscalizar todo ciclo de vida dos documentos contratuais, conforme [Instrução Normativa 04/2024 de 23/07/2024 \(ID 1064860\)](#)

Art. 3º Dentre outras, contando com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de Controle Interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto nesta Lei, é de responsabilidade do gestor do contrato:

- I - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- II - Notificar a contratada, quando no decorrer do processo fiscalizatório constatar irregularidade ou para sanar dúvida, fixando prazo para solução;
- III - Comunicar o gestor do contrato de notificações à contratada, de forma detalhada, indicando haver sanado as ocorrências ou não;
- IV - Manter diálogo constante com o responsável representante da contratada sobre a execução do objeto contratado;

Portaria 67 de 18/11/2025, assinado na forma do Decreto nº 435/2023 (ID: 2200689 e CRC: B7E5CBBF).

Pág: 3/3



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ



PORTARIA NOMEAÇÃO DE GESTOR DE CONTRATO

Ji-Paraná, [data da assinatura eletrônica]

Assunto: Considerando a necessidade de dar prosseguimento aos tramites do processo Administrativo 1-2500/2022, Designa **Gestor do Contrato nº 016/PGM/PMJP/2025**, celebrado entre o Município de Ji-Paraná e a empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, que tem por objeto: Contratação de prestação de serviço de gerenciamento e administração de frota de veículos, abrangendo automóveis tipos passeio, pick-ups, vans, caminhões leves e pesados, ônibus, máquinas e motor gerador de energia, de fabricação nacional e importada, mediante sistema informatizado, via internet, em rede de oficinas e centros automotivos credenciados. O referido instrumento também tem como objeto a manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento e instalação de peças e acessórios, serviços de mecânica geral, funilaria, pintura, eletricidade, ar-condicionado, trocas de óleo e filtros, lubrificantes, alinhamento de direção, balanceamento, pneus, reparos dos pneus, borracharia móvel, lavagem e aspiração geral dos veículos, revisão geral, serviço de guincho para veículos leves e pesados e outros da mesma natureza, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.

O Secretário Municipal de Administração do Município de Ji-Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere a **Lei Orgânica do Município em seu artigo 41, Parágrafo único, inciso II, c/c os arts. 12 e 13 da Lei Municipal nº 3487/2022**, e

Considerando a cláusula décima do contrato nº 016/PGM/PMJP/2025, que prevê a designação de um gestor do contrato, nomeado pela Alta Administração,

Considerando o contido no art. 67, § 1º e § 2º da Lei Federal n. 8.666/1993 c/c a Instrução Normativa nº 04/CGM/PGM/2024, resolve:

Art. 1º Fica nomeado o servidor Sr. **CLODOALDO CORREIA JOSÉ**, matrícula: 999040, ocupante do cargo em comissão de Coordenador Geral de Tráfego e Combustível- SEMAD para exercer as funções de gestor dos contratos nº contrato nº 016/PGM/PMJP/2025.

Art. 2º O servidor nomeado no artigo 1º, ao gerir o citado contrato nº 016/PGM/PMJP/2025 deve observar os preceitos legais, em especial o contido na Lei Federal nº 8.666/1993 e instrução Normativa nº 04/CGM/PGM/2024.

Art. 3º Dentre outras, é de responsabilidade do gestor de contrato:

I - Fiscalizar e acompanhar: Sem prejuízo das funções do fiscal, ele monitora de perto a execução do contrato, verifica se as entregas estão de acordo com o estabelecido. Quando necessário realiza visitas *in loco*, avalia o desempenho da contratada e identifica possíveis desvios.

II - Comunicar e negociar: Manter comunicação constante com o fiscal, a comissão de recebimento e a empresa contratada. Ele esclarece dúvidas, negocia prazos e condições, e busca soluções para eventuais impasses.

III - Relatórios e pareceres: Elaborar relatórios periódicos sobre o andamento do contrato. Esses relatórios incluem informações sobre o cumprimento de metas, qualidade dos serviços e eventuais não conformidades, em especial quanto aos pagamentos.

IV - Gestão de Riscos: Identificar e gerenciar riscos relacionados à execução do contrato. Ele antecipa problemas, busca alternativas e toma medidas para mitigar impactos negativos.

§ 1º É necessário que o gestor do contrato nomeado possua as seguintes qualificações:

I - Conhecimento em gestão de contratos e legislação pertinente.

II - Habilidades de comunicação e negociação.

III - Capacidade analítica e organizacional.

IV - Visão estratégica e proatividade.

V - Ser proativo e concorrer para boa gestão da execução do contrato.

§ 2º Para os fins do *caput* deste artigo compete ao gestor:

I Inaugurar processo eletrônico administrativo, com as seguintes providências: **a)** apensá-lo no processo principal de contratação; **b)** coligar documentos do planejamento, gestão e fiscalização do contrato, bem como da transparência (comprovantes da publicidade no DOM e portal da transparência);

II - Responsabilizar-se pela transparência da gestão contratual, fazer constar no processo eletrônico administrativo: **a)** publicação do contrato no portal da transparência e extrato no DOM; **b)** publicação do termo de início e encerramento da execução do contrato no portal da transparência e DOM; **c)** publicação dos atos de nomeação do gestor, fiscal e membros de comissão de recebimento no portal da transparência e DOM; **d)** demais atos de transparência que sejam obrigatórios.

III - Promover o acompanhamento e gestão de prazos (Vigência do contrato e de sua execução), alertando à Alta Administração tempestivamente, observando-se o prazo médio das contratações, para abertura de nova contratação ou renovação;

IV - Promover reuniões com a contratada de modo a esclarecer o objeto contratual e apresentar, formalmente, o fiscal, a comissão de recebimento, bem como requerer indicação formal de pessoal representante da contratada;

V - Exigir o cumprimento do contrato, buscando qualidade, economia e minimização de riscos;

VI - Acompanhar o saldo orçamentário vinculado ao contrato, adotando providências para ajustes necessários em empenhos e sistemas de informação;

VII - Adotar providências junto à Alta Administração e PGM quanto à pedidos de reajustes ou reequilíbrio de preços;

VIII - Acompanhar a execução do objeto e tomar providências para aditivos, penalizações e rescisões;

IX Adotar providências junto à Alta Administração e PGM quanto à mudança no contrato, tais como prazos, condições, adicionais de serviços, etc;

X Fixar em ato próprio, com a devida publicidade no DOM e portal da transparência, regras e condições da periodicidade de apresentação de documento fiscal para fins de pagamento (data de emissão de NF@, certidões, relatórios e pareceres, etc), bem como da manifestação da comissão de recebimento ou servidor e fiscal.

XI Elaborar e fazer constar no processo administrativo, antes do pagamento à contratada, relatório conclusivo quanto ao pedido de pagamento, conforme modelo I anexo.

XII - Fazer constar no processo administrativo, antes do pagamento à contratada, relatório conclusivo do fiscal quanto ao pedido de pagamento, conforme modelo II anexo.

XIII Fazer constar no processo administrativo, antes do pagamento à contratada, relatório conclusivo da comissão de recebimento quanto ao pedido de pagamento, conforme modelo III anexo.

XIV Promover a publicidade dos atos do contrato coligidos nos autos do processo;

XV Propor medidas de controles internos para mitigar riscos de fraudes, desvios, erros relevantes ou execução inadequada do objeto contratado.

XVI Comunicar formalmente à Alta Administração e aos órgãos de controle, especialmente à CGM, sob a constatação de quaisquer indícios de fraudes, desvios, erros relevantes ou medidas de fragilidades que possam levar a tais ocorrências, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal, conforme o caso.

XVII Fazer constar nos autos do processo, antes do pagamento requerido pela contratada, checklist exigido em Decreto Municipal devidamente preenchido indicando estar adequado quanto à liquidação da despesa.

XVIII Elaborar, quando exigido pela Alta Administração, minuta de edital de nova contratação, observando os termos da legislação e estudo preliminar.

XIX Deliberar, em conjunto com o fiscal do contrato, pelas ocorrências e notificação à contratada não atendidas, dando publicidade de suas ações, bem como levando ao conhecimento dos responsáveis por possíveis responsabilização, se for o caso.

XX - Comunicar à comissão de recebimento sobre as deliberações conjuntas (gestor e fiscal) das notificações à contratada, fazendo coligar nos autos do processo com a respectiva publicidade.

§ 4º O servidor nomeado gestor do contrato responde por ação ou omissão de que causar prejuízo ao erário.

Art. 4º As atividades exercidas pelo servidor nomeado no art. 1º são de elevada relevância e sem remuneração.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Robson Pereira Gama

Secretário Municipal de Administração - Interino

Decreto nº. 2840/2025

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **ROBSON PEREIRA GAMA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - INTERINO**, em 12/11/2025 às 10:27, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2182159** e o código verificador **E645967B**.

Referência: [Processo nº 1-2500/2022](#).

Docto ID: 2182159 v1



Id: 2204949 e CRC: 6CB5D469

Pág: 3/3



Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Portaria	019	19/11/2025
ID:	2204949	Processo
CRC:	6CB5D469	Documento
Processo:	0-0/0	
Usuário:	MEURY VASCONCELOS MARQUES VELOSO	
Criação:	19/11/2025 12:59:15	Finalização: 19/11/2025 13:01:09
MD5:	C3CEAB48173F18684D2CD1F582CDFEFE	
SHA256:	AFF401ACEB40075AF6F37DFE3B7060F197DDA5CE094E0E68B5C3F57EC220451B	

Súmula/Objeto:

SOLICITAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE PORTARIA DE GESTOR DO CONTRATO -2500-2022NO DIARIO OFICIAL E PORTAL TRANSPARECIA

INTERESSADOS			
COORDENADORIA DE CONTROLE DE TRAFEGO E COMBUSTIVEL	Ji-Paraná	RO	19/11/2025 12:59:15
ASSUNTOS			
ENCAMINHAMENTO/SOLICITAÇÃO			19/11/2025 12:59:15
DOCUMENTOS RELACIONADOS			
Memorando 54		19/11/2025	2204812

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2204949 e o CRC 6CB5D469.



Id: 2204949 e CRC: 6CB5D469

Pág: 2/3